

Continuar as medidas de apoio às empresas, em prol da recuperação gradual da economia após a epidemia

Segundo os dados oficiais, na primeira quinzena deste mês, durante os feriados de Cheng Ming e da Páscoa, registaram-se 950 mil entradas e saídas em seis dias, o maior número registado nos últimos três anos. As lojas nas zonas turísticas encheram-se de pessoas e voltaram a ter o movimento há muito não visto. Face à rápida recuperação do mercado, muitos sectores, como a restauração, a venda a retalho e o turismo, deparam-se com uma falta gritante de mão-de-obra e de trabalhadores experientes. Uma vez que a contratação e formação dos recursos humanos leva algum tempo, não foi possível recuperar rapidamente a capacidade de atendimento pré-epidemia. Mais, segundo alguns empresários de micro, pequenas e médias empresas nos bairros comunitários, com o desenvolvimento acelerado da Zona de Cooperação Aprofundada e a implementação da circulação de veículos de Macau no Interior da China, muitos residentes saíram de Macau nos dias de descanso e, como resultado, apesar do dinamismo nas zonas turísticas, os bairros comunitários estiveram pouco movimentados.

Estabelecendo uma retrospectiva, durante os tempos de epidemia, as empresas de Macau enfrentaram grandes pressões na exploração, mas continuaram com o método adoptado pelo Governo, insistindo em não despedir trabalhadores e em não “fechar portas” e, pelo contrário, colaboraram plenamente com a política do governo de garantir o emprego dos trabalhadores locais e a “saída” de mais de 40 mil trabalhadores não residentes. Face à actual situação, as micro, pequenas e médias empresas de Macau devem esforçar-se por recuperar a partir do impacto da epidemia e também investir mais para que o negócio volte a atingir o nível de antes do aparecimento da epidemia. A “recuperação” das empresas leva tempo, como acontece com a “reabilitação” depois da infecção pelo novo tipo de coronavírus, que também demora. Para reforçar a confiança das micro, pequenas e médias empresas de Macau e a capacidade contra riscos, ao nível de políticas, o apoio contínuo do Governo é indispensável, por exemplo, no mês passado, o Ministério de recursos humanos e segurança social do Conselho de Estado publicou o “Aviso sobre os problemas relacionados com a redução faseada das taxas do seguro de desemprego e do seguro de acidentes de trabalho”, e decidiu prolongar a política de redução das mesmas até finais de 2024. Isto para aliviar os encargos das empresas durante mais algum tempo, para que estas possam recuperar gradualmente, readquirindo a sua “robustez”, concretizar a ideia de “economia favorável” e promover a estabilidade do emprego através da salvaguarda da sobrevivência das empresas.

Pelo exposto, nós, deputados dos sectores industrial, comercial e financeiro, apresentamos as seguintes sugestões:

1. O Governo deve continuar a prestar apoio de emergência aos trabalhadores, como através do plano de formação subsidiada, do plano de abonos provisórios para o incentivo à contratação de residentes desempregados por empregadores e dos diversos planos de formação diversificados que se adaptam ao desenvolvimento do mercado, e dar tempo aos locais para encontrarem postos de trabalho adequados.

2. Para as micro, pequenas e médias empresas poderem acelerar o reembolso das dívidas contraídas e avançar com os trabalhos de reparação, substituição de equipamentos e formação de novos trabalhadores, o Governo, ao elaborar o orçamento para o próximo ano financeiro, deve ponderar prorrogar uma parte ou a totalidade das “Medidas de apoio ao combate à epidemia no valor de dez mil milhões de patacas para o ano de 2022” até ao final de 2024, incluindo a isenção e redução de impostos e taxas, o apoio pecuniário e o plano de bonificação de juros destinado aos diversos sectores, em vez de serem eliminadas, de forma radical, todas as medidas de apoio às empresas referidas, aos estabelecimentos comerciais em nome individual e aos profissionais liberais, logo que se verifiquem as primeiras boas notícias após a pandemia, pois trata-se de um momento crucial em que os sectores ainda estão em fase de recuperação.

3. Proponho ao Governo que continue a estar atento às necessidades de recursos humanos, a curto prazo, das micro, pequenas e médias empresas locais, especialmente quando, devido ao aumento significativo dos negócios em alguns sectores, surgem vagas, mas, após a conjugação do emprego, não se consegue garantir que os recursos humanos sejam estáveis e suficientes, ou os tipos de emprego não são a opção dos trabalhadores locais, por isso, há que apoiar de forma pragmática as empresas, através da política de importação de mão-de-obra não residente e estudar a concessão de um cartão de trabalho com a duração de um ano, procedendo à sua revisão três meses antes do seu termo, a fim de dominar e equilibrar a oferta e a procura de recursos humanos, dar às empresas uma oportunidade de descanso a curto prazo e de saldar as suas dívidas, e ainda permitir que as micro, pequenas e médias empresas saibam o que fazer, de modo a ter mais planos até ao final de 2024.

Finalmente, espero que não se esqueçam, ao fim destes três anos, do objectivo comum das partes laboral, patronal e do Governo: compreensão mútua e solidariedade. Por fim, as nuvens abriram-se para se poder ver a lua, mas levará tempo para o sol derreter o gelo. Todas as partes ainda devem seguir o mesmo caminho, mantendo o mesmo espírito de compreensão mútua! Espera-se que toda a sociedade continue a levar por diante a boa tradição de “solidariedade e entreaajuda”, para contribuir para a recuperação económica e o desenvolvimento diversificado de Macau.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 19.04.2023

Melhorar os serviços turísticos para atrair e reter mais visitantes

Com a reabertura total das fronteiras, o número de visitantes aumentou de forma estável, os diversos pontos turísticos estão cheios de turistas e o mercado está muito próspero. Através dos dados recentes sobre o número de visitantes, o consumo e as receitas do jogo, nota-se com agrado que a “sombra” da epidemia se está a dissipar gradualmente, a tendência de recuperação económica é forte e o mercado está cheio de confiança com a perspectiva da recuperação económica.

Nos últimos anos, os Serviços de Turismo reforçaram a promoção turística de Macau, aumentando a sua visibilidade em várias plataformas de turismo, redes sociais, plataformas de transmissão ao vivo, entre outras “on-line”, para atrair visitantes a Macau. Mas, nos feriados da Páscoa, devido à falta de recursos humanos, milhares de quartos dos hotéis de Macau não conseguiram ser libertados para venda no mercado, e houve hotéis-casino que, devido à falta de trabalhadores nos serviços de quartos, levaram muito tempo a arrumá-los, e a sua entrega foi adiada até às 18:00 horas, o que afecta a imagem e a reputação de Macau enquanto cidade turística.

Na segunda-feira, em resposta a uma interpelação oral de um deputado, o Sr. Secretário Lei Wai Nong afirmou que “os serviços são bens de valor mais elevado”. Para além de competirem com os produtos turísticos, os serviços turísticos são uma parte importante e indispensável para a experiência dos turistas, mas o curto período entre a retracção económica de Macau e a sua rápida recuperação e expansão faz com que a oferta de recursos humanos não consiga acompanhar o ritmo, tornando-se, mais uma vez, num “ponto problemático” para as grandes, médias e pequenas empresas. Em particular, 90 por cento das micro, pequenas e médias empresas têm falta de competitividade no mercado de trabalho, portanto, não conseguem “concorrer” com as grandes empresas. Mesmo que queiram prestar um melhor serviço aos turistas, não conseguem fazê-lo.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Durante os três anos da epidemia, mais de 40 mil TNR saíram do mercado, por isso o problema do desemprego estrutural do mercado é grave. A recuperação acelerada do sector do turismo e a procura de mão-de-obra estão a pôr à prova a capacidade de recepção de Macau, e as vagas não conseguem ser preenchidas rapidamente. Sugiro ao Governo que aprenda com as lições e experiências das férias da Páscoa, dê importância à falta de mão-de-obra nas empresas e acelere o processo de apreciação e autorização dos pedidos de importação da mesma, consoante a natureza do sector, para que as vagas sejam preenchidas o mais rápido possível e nos preparemos com antecedência para a próxima semana dourada de 1 de Maio.

2. O turismo é a “primeira janela” de Macau para os turistas, por isso é

necessário reforçar a formação dos seus operadores. Sugiro ao Governo que reforce a cooperação com os diversos sectores e lance mais cursos de formação específicos destinados aos operadores, para elevar a qualidade dos serviços do sector turístico, concretizando a experiência turística nas diversas vertentes do programa “alimentação, alojamento, transporte, viagens, compras e entretenimento”, a fim de elevar a simpatia de toda a cidade turística e fazer com que os visitantes se sintam em casa.

Acelerar a transformação digital das micro, pequenas e médias empresas de Macau

As PME são o principal motor da transformação digital e também o principal campo de batalha da digitalização industrial. No Relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, o Presidente, Xi Jinping, afirmou que ia “apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas”, “impulsionar o desenvolvimento da economia digital de forma acelerada e incentivar a sua integração profunda com a economia real, a fim de criar *clusters* industriais digitais com competitividade internacional”, indicando o rumo a seguir na promoção da transformação digital das PME. Nos relatórios de trabalho quer da Conferência Consultiva do Povo Chinês quer da APN deste ano, refere-se o empenho no desenvolvimento da economia digital e na criação de uma nova força motriz para o desenvolvimento económico. Em 2022, a dimensão da economia digital doméstica aumentou para cerca de 5 biliões de yuan, e de acordo com os dados da Global Digital Economy Conference, a dimensão da economia digital da China ocupa há vários anos o segundo lugar do mundo. A economia digital tornou-se um motor fundamental para o crescimento económico.

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na promoção da construção da cidade inteligente, da governação electrónica e da aplicação das tecnologias financeiras na vida da população e tem obtido bons resultados. A transformação digital permite que a população tenha acesso a serviços mais convenientes, rápidos e de alta qualidade na vida quotidiana, nos estudos e no trabalho. A nível empresarial, as grandes empresas, que têm uma reserva relativamente abundante de recursos financeiros e quadros qualificados, podem desenvolver, de forma autónoma, a transformação digital. Porém, as micro e as PME enfrentam as seguintes dificuldades: 1. As PME não têm conhecimentos suficientes sobre a transformação digital, e não têm vontade de dar o primeiro passo. 2. A transformação digital exige grandes investimentos em *hardware* e *software* e recursos humanos especializados, o que é difícil para as PME. 3. E mesmo que vejam as vantagens e os benefícios a longo prazo da transformação digital e que consigam resolver os problemas de financiamento, as PME não sabem como proceder à transformação digital, por falta de quadros qualificados e experiência. Assim sendo, em geral, “não sabem como, não ousam e não querem proceder à transformação”. Por isso, para a economia digital se tornar num “novo motor” para o desenvolvimento de alta qualidade, é preciso pensar sobre como acelerar a transformação digital das micro e das PME tradicionais.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar a concepção da estrutura do topo e programar bem as políticas complementares

Optimizar o sistema de políticas complementares para estas se adaptarem às características e necessidades das micro e das PME, maximizando plenamente o seu papel predominante na transformação digital; estudar a definição de várias

políticas e medidas de apoio à transformação digital destas empresas, liderando o desenvolvimento dos respectivos trabalhos, reforçando a articulação entre a oferta e a procura, a formação de talentos, o apoio ao financiamento, o intercâmbio e a cooperação, etc.; reforçar a oferta de políticas e elevar a universalidade das mesmas.

2. Construção de uma plataforma de serviços para melhoria da respectiva capacidade

Uma plataforma de serviço público destinada à transformação digital das micro e das PME deve ser criada como "plataforma das plataformas", para ligar várias plataformas de serviços específicos das diversas indústrias, tanto profissionais como regionais, de modo a pôr em prática as funções de agregação de políticas, classificação e avaliação, articulação entre oferta e procura, partilha de recursos, impulsionamento do aumento da qualidade, tudo em prol da melhoria contínua do nível dos serviços da transformação digital das micro e das PME. Segundo a ideia de que cabe às grandes empresas construir as plataformas e às pequenas empresas utilizá-las, as empresas das principais cadeias industriais e da indústria dominante devem ser conduzidas para conseguirem resultados ao nível da transformação conjunta de toda a cadeia industrial, o que contribuirá para assegurar sinergias, integração de recursos, partilha de dados e garantias de segurança.

3. Promover o desenvolvimento integrado e criar um bom ambiente ecológico

Reforçar a construção dum ecossistema digital, aperfeiçoar gradualmente a integração das grandes, médias, pequenas e micro empresas no desenvolvimento ecológico, para fortalecer a ligação *icloud* entre as empresas na inovação industrial, promover a cooperação mútua entre os diversos elementos do ecossistema, impulsionar o desenvolvimento inovador e contínuo da cadeia industrial, promover o desenvolvimento e a utilização de dados e proceder da melhor forma aos trabalhos posteriores à transformação digital das PME.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 19.04.2023

Desenvolvimento dos direitos e interesses laborais na recuperação e promoção do desenvolvimento económico através da revisão da legislação laboral

Senhor Presidente,
Caros colegas:

Devido à epidemia de COVID dos últimos três anos, para além da revisão rotineira de parte dos montantes, as autoridades não apresentaram qualquer plano sobre a revisão da lei laboral, o que resultou na estagnação do desenvolvimento dos direitos e interesses laborais.

Desde o relaxamento das medidas de prevenção nas fronteiras, no início de Janeiro, o sector do turismo tem recuperado a ritmo acelerado, o número de visitantes tem aumentado continuamente, o ambiente de negócios tem melhorado significativamente e a sociedade está confiante nas perspectivas económicas. Neste contexto, o Governo tem condições e necessidade de iniciar, em tempo oportuno, os trabalhos de revisão da lei laboral e de planear o rumo e os objectivos de desenvolvimento, para os trabalhadores poderem partilhar dos frutos do desenvolvimento através da recuperação económica.

De facto, o aperfeiçoamento da legislação laboral demonstra protecção e respeito pelos trabalhadores, mas também contribui para elevar a eficiência, incentivar a criatividade, favorecer o desenvolvimento das empresas, consolidar a competitividade de Macau e promover o desenvolvimento sustentável, portanto, uma vitória tripla. Apresento, então, as seguintes duas sugestões:

1. Planear a revisão da legislação laboral e clarificar o caminho de desenvolvimento dos direitos e interesses laborais

O Chefe do Executivo afirmou, há dias, que o Secretário para a Economia e Finanças já tinha planos para rever a legislação laboral e ia iniciar os trabalhos de consulta pública. É de salientar que a revisão proposta pelo sector não incide apenas sobre uma pequena alteração de um único diploma legal, mas sim a revisão e optimização sistemática de todos os diplomas legais da área laboral, isto é, um projecto sistemático que abrange a revisão e resolução dos problemas surgidos durante a aplicação de uma série de diplomas legais, tais como a Lei das relações de trabalho, Lei da contratação de TNR, o Regime de garantia de créditos laborais, e os regimes jurídicos sobre os acidentes laborais, o salário mínimo, a segurança e saúde ocupacional, o apoio ao emprego e a formação profissional, etc., com vista a aperfeiçoar o mecanismo em causa, a colmatar as lacunas e a reforçar a protecção dos respectivos direitos e interesses.

Macau está num período histórico crucial para a integração na conjuntura do desenvolvimento nacional e para a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Por isso, a revisão da legislação laboral deve ter em conta as necessidades e exigências do desenvolvimento nacional, da reconversão das indústrias locais, da introdução de diferentes tipos de talentos, da elevação da capacidade técnica dos trabalhadores e do desenvolvimento harmonioso das relações de trabalho, especialmente no que diz respeito ao

problema do desemprego estrutural, que já existe há muito tempo em Macau e que se agravou desde a liberalização das medidas de combate à epidemia, portanto há que reunir sabedoria para encontrar soluções. Por outras palavras, a revisão da legislação laboral deve ter como objectivo principal a procura do desenvolvimento, a estabilização do emprego, o bem-estar da população, a concentração de talentos, e a promoção da harmonia, pois todos estes elementos são essenciais para um desenvolvimento de alta qualidade.

2. Reforçar a comunicação na sociedade para desenvolver activamente o papel de plataforma da Concertação Social

A prática comprova que o diálogo social forte e eficaz e a cooperação tripartida são indispensáveis no processo de recuperação económica. Para aperfeiçoar o mecanismo de aplicação da Lei Básica de Macau, espero que o Governo faça um balanço dos 36 anos de criação do Conselho Permanente de Concertação Social, desempenhe o papel de liderança administrativa, aperfeiçoe a plataforma de comunicação tripartida deste Conselho, reforce o diálogo social, promova a cooperação social e crie resiliência do mercado de trabalho nesta fase da recuperação económica.

Obrigado.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 19.04.2023

O Governo deve adoptar medidas concretas para aperfeiçoar a legislação laboral e elevar a qualidade do emprego e as garantias laborais dos trabalhadores

Em Janeiro, a Organização Internacional do Trabalho divulgou o relatório “Perspectivas sociais e do emprego no mundo: Tendências 2023”, no qual se refere que, para além do problema de desemprego, a desaceleração económica levou mais trabalhadores a aceitarem trabalhos de baixa qualidade e salários relativamente baixos. Os preços dos produtos estão a subir mais rapidamente do que os rendimentos do trabalho e isso está a levar mais pessoas à pobreza. A economia de Macau está a recuperar gradualmente, mas ainda nos deparamos com os problemas relacionados com o desemprego estrutural, a redução significativa dos rendimentos dos trabalhadores e a falta de garantias laborais. Isto tudo merece a devida atenção das autoridades.

Em Macau, os padrões laborais são relativamente baixos e não são actualizados há muito e, nos últimos anos, as autoridades raramente tomaram a iniciativa de rever as diversas leis laborais. Nos últimos três anos, muitos trabalhadores tiveram de aguentar reduções salariais e licenças sem vencimento por causa da epidemia, e alguns tiveram as funções suspensas por um longo período, sem qualquer garantia. Mais, os trabalhadores estão com grandes dificuldades para reivindicarem os salários em dívida. Ao longo dos anos, os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho têm vindo a deparar-se com problemas quanto à indemnização. Mais, o Governo prometeu há anos que ia aperfeiçoar a legislação, para reforçar o combate aos trabalhadores ilegais e aos que exercem funções em locais diferentes dos autorizados, mas parece que nada foi feito.

Na recente sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, eu estava preocupada com a redução dos rendimentos dos trabalhadores e com o reforço das garantias através da revisão da lei laboral, e o Sr. Chefe do Executivo referiu: “quanto à revisão da lei laboral, a Secretaria para a Economia e Finanças já fez isso... e vai fazê-lo passo a passo”. Mas no Relatório das LAG para o corrente ano, nada se refere em concreto sobre a revisão da lei laboral, e as 16 propostas de lei ao longo do ano não abrangem a área do trabalho. Como o Governo já tem planos, deve tomar a iniciativa de divulgar o plano de revisão da lei e desenvolver os respectivos trabalhos, para ouvir plenamente as opiniões da sociedade e promover o aperfeiçoamento das garantias laborais. As principais áreas são as seguintes:

1. Aperfeiçoamento da “Lei das relações de trabalho” e elevação dos padrões de trabalho

A Lei das relações de trabalho entrou em vigor há cerca de 15 anos e, desde então, foram introduzidas sete alterações prioritárias, nomeadamente, a licença de paternidade, a compensação dos feriados sobrepostos e a licença de maternidade,

etc.; mas não são poucos os conteúdos, por exemplo, as férias legais e os feriados obrigatórios, entre outros, que não são alterados há mais de 30 anos. O Governo tem de proceder, de forma activa, a uma revisão global, nomeadamente, à optimização das garantias dos direitos fundamentais dos trabalhadores, do regime de horas de trabalho e da compensação pelo trabalho extraordinário, dos diversos regimes de férias, da indemnização por despedimento, da licença de maternidade e da protecção do emprego das trabalhadoras grávidas, etc. Além disso, é necessário continuar a rever o salário mínimo e a reforçar as garantias legais dos trabalhadores.

2. Reforçar o combate aos arrastamentos no pagamento de salários, e aperfeiçoar o mecanismo de recuperação das dívidas e o regime de garantia de créditos laborais

Segundo o sector laboral, as leis e os mecanismos vigentes não são eficazes para ajudar os trabalhadores a recuperar rapidamente os salários em dívida, porque os procedimentos são morosos e complexos, e, nalguns casos, mesmo depois de vários anos do pedido de reembolso, não foi possível receber o salário devido, e as respectivas sanções também são baixas. Suspeita-se ainda de que algumas empresas tenham aproveitado as lacunas do mecanismo para omitir dolosamente a declaração e não pagar os salários aos trabalhadores e, posteriormente, solicitaram o seu encerramento, para fugirem ao pagamento dos salários em dívida, prejudicando os trabalhadores e a RAEM. O Governo deve aperfeiçoar as normas e os mecanismos de combate aos arrastamentos no pagamento de salários e de prestação de apoio aos trabalhadores na sua recuperação, salvaguardando, rigorosamente, os seus direitos remuneratórios.

3. Aperfeiçoar a legislação relativa à indemnização para acidentes de trabalho e doenças profissionais

A legislação relativa à indemnização para acidentes de trabalho e doenças profissionais entrou em vigor há cerca de 30 anos. O Governo deve proceder à revisão atempada das leis relativas aos acidentes de trabalho, à lista de doenças profissionais, aos mecanismos de indemnização, aos salários em caso de suspensão do trabalho e aos procedimentos de pagamento das despesas com o tratamento médico, para reforçar a protecção dos trabalhadores lesados e dos seus familiares.

4. Reforçar o combate ao trabalho ilegal e não autorizado

Quanto à repressão do trabalho ilegal e não autorizado, os serviços competentes manifestaram, há vários anos, a sua concordância com o aumento das sanções, e afirmaram que iam iniciar a revisão e o estudo do regime jurídico vigente e do fluxograma de trabalho, para aumentar os efeitos dissuasores. Solicito ao Governo que cumpra a sua promessa, aperfeiçoe a legislação e reforce a sua execução, com vista ao combate ao trabalho ilegal.

Com a aproximação do Dia do Trabalhador, espero que o Governo, através de acções concretas e planos bem definidos, eleve gradualmente a qualidade do

emprego e as garantias laborais dos residentes, demonstrando verdadeiramente a sua preocupação com o grupo de trabalhadores, para que os residentes possam partilhar, em simultâneo, dos frutos do desenvolvimento económico.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 19.04.2023

Acelerar a criação de uma rede de serviços de cuidados a idosos e melhorar as relações de vizinhança para apoiar os idosos isolados

O envelhecimento da população de Macau está cada vez mais grave e a sociedade está mais atenta às necessidades de vida dos idosos, por isso o Governo lançou várias medidas, como, criou o “Grupo Director Interdepartamental do Mecanismo de Protecção dos Idosos”, lançou o “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos”, disponibiliza serviços e apoios diversificados, nomeadamente, a “Rede de Serviços Carinhosos aos Idosos” e o “Programa de apoio aos idosos isolados”, bem como criou o “Projecto-piloto de residências para idosos” e a “Base de dados sobre os utentes de serviços para idosos isolados e famílias de casal idoso”, etc., para otimizar gradualmente os serviços de apoio a idosos, construindo uma sociedade inclusiva com o lema “promover sentimentos de segurança e de pertença, valorizando os idosos”.

Tal como referiu o Chefe do Executivo na Assembleia Legislativa, o envelhecimento da população de Macau é mais acelerado em comparação com o de outras cidades, o que demonstra que a procura da sociedade pelos serviços de apoio aos idosos vai aumentar, e isto constitui uma preocupação latente para o sistema de cuidados e apoio aos idosos. A longo prazo, o Governo deve, tendo em conta os dados e a tendência do desenvolvimento do envelhecimento populacional e da baixa taxa de natalidade, proceder a uma avaliação científica sobre as futuras necessidades do sistema de saúde e do sistema de serviços de cuidados, com vista à criação de uma rede mais aperfeiçoada e diversificada de serviços de saúde e cuidados comunitários.

A situação dos idosos isolados merece a atenção especial da sociedade. Como a relação e a afeição entre vizinhos são cada vez menos estreitas, há cada vez menos contacto entre uns e outros, e é dada cada vez menos atenção aos idosos isolados, daí situações frequentes de a morte destes em casa só ser descoberta passado muito tempo ou até de suicídios dos que sofrem de doenças crónicas devido aos problemas emocionais causados por sentirem falta de atenção.

O Governo promoveu trabalhos para identificar os idosos isolados e, neste ano, planeia criar mais uma equipa de cuidados domiciliários para a zona da Praia do Manduco, com vista a prestar os respectivos cuidados e apoio aos idosos com uma rede social fraca. No entanto, a actual rede de serviços do Governo continua a não conseguir abranger todos os idosos, portanto, alguns idosos isolados ou casais idosos não conseguem obter os devidos cuidados.

Segundo os dados estatísticos, existem em Macau 9430 idosos que vivem sozinhos, uma situação muito grave. Actualmente, os serviços de apoio a idosos são prestados, na sua maioria, por voluntários e, mesmo que haja visitas periódicas por parte dos assistentes sociais, as necessidades dos idosos não conseguem ser respondidas em qualquer ocasião e nos momentos críticos.

Como se costuma dizer, “é melhor ter vizinhos perto do que familiares a viver longe”. Sendo os bairros comunitários o espaço principal das actividades dos residentes, por forma a prestar mais carinho aos idosos, a promoção das boas relações entre os moradores, através das relações comunitárias entre vizinhos, isto é, a construção de uma comunidade harmoniosa e inclusiva a partir de três níveis - pessoal, assistência social e vizinhos - reveste-se de grande significado na criação de um ambiente social com garantias para os idosos.

De facto, quanto à ideia de vizinhança e de carinho aos idosos, o Governo, para além de realizar proactivamente acções de divulgação, pode acelerar os estudos de mecanismos de incentivo e lançar, rapidamente, serviços de apoio aos idosos que vivem sós, prestando mais apoios aos referidos idosos e às famílias com fenómeno de “duplo envelhecimento”. Mais, é possível tomar como referência a experiência de Hong Kong que criou em 2002 o “*Community Investment and Inclusion Fund*”. Esse Fundo divulgou o plano intitulado “chefe do prédio”, segundo o qual, recorre-se à nomeação de um residente como “chefe do prédio” para prestar apoio adequado aos idosos e criar uma rede de apoio mútuo comunitário.

Mais, em Macau, há um plano de voluntários e de apoio mútuo entre vizinhos nas habitações sociais, que contém limitações. Assim, espero que o Governo tome como referência o referido plano de Hong Kong, que tem um âmbito de aplicação e de prestação de serviços mais vasto, e a figura de “chefe do prédio”, para conhecer profundamente o estado de vida e a quantidade dos portadores de deficiência e dos idosos que vivem sós, para mais tarde “montar” relações harmoniosas entre os vizinhos, cuidar melhor das necessidades dessas pessoas e “densificar” o mecanismo de apoio nas zonas comunitárias através de redes de diferentes níveis. Tudo isto para promover a criação de uma rede de contactos estreitos entre os residentes e os idosos, bem como desenvolver o espírito de ajuda e amor mútuos, a fim de concretizar uma sociedade inclusiva, onde “os idosos possam sempre contar com a ajuda de alguém”.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 19-04-2023

Respeito e protecção dos valores laborais e empenho na resolução do problema do desemprego estrutural

O 1.º de Maio está a chegar, por isso, aproveito a oportunidade para endereçar os meus cumprimentos a todos os trabalhadores e desejar a todos um feliz Dia do Trabalhador!

A epidemia destes últimos três anos teve um grande e contínuo impacto para os trabalhadores, por isso, espero que o Governo aproveite o processo de recuperação económica, empregue esforços para melhorar o ambiente de emprego e preste atenção aos padrões laborais, protegendo os direitos e interesses dos trabalhadores, para que o valor do trabalho seja plenamente respeitado.

A economia de Macau está a recuperar gradualmente, mas o ambiente de emprego ainda não consegue acompanhar o ritmo da recuperação económica. Na semana passada, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, admitiu, em resposta a uma pergunta minha, que Macau tem um grave problema de desemprego estrutural. Na minha opinião, são vários os problemas do desemprego estrutural, que se dividem, essencialmente, em quatro tipos, e podem até ser cumulativos: de natureza sectorial, etária, técnica e salarial.

O “desemprego estrutural relacionado com o desenvolvimento industrial” deve-se, principalmente, às mudanças socioeconómicas dos últimos anos. Em certas indústrias, não obstante o aumento dos desempregados, as ofertas de emprego não pararam de reduzir. Por exemplo, a taxa de vagas na indústria do jogo foi zero no último trimestre do ano passado, e os desempregados tiveram dificuldade em encontrar novo emprego. O “desemprego estrutural relacionado com a idade” concentra-se, essencialmente entre os jovens e as pessoas de meia-idade, visto que os jovens não têm experiência social, e, dum modo geral, os empregadores não querem recrutar pessoas de meia-idade que, por sua vez, têm dificuldades na reinserção no mercado de trabalho devido à falta de competências técnicas, força física, etc. O “desemprego estrutural relacionado com as competências técnicas” diz respeito, principalmente, à impossibilidade de os candidatos satisfazerem os requisitos de ingresso exigidos pelos empregadores, ao nível das habilitações académicas ou competências técnicas. O “desemprego estrutural relacionado com os salários” deve-se principalmente ao facto de muitos empregos serem mal pagos, especialmente em indústrias onde é elevado o número de trabalhadores não residentes, o que faz reduzir, significativamente, o número de candidatos e põe em causa a eficácia da conjugação de emprego.

Actualmente, apesar dos mais de 5 mil postos de trabalho na “Conta única”, a oferta não satisfaz a procura, visto que existem mais de 10 mil desempregados, e, ademais, esses 5 mil postos de trabalho não significam que 5 mil desempregados vão ser bem-sucedidos na conjugação de emprego. Ao mesmo tempo, o Governo

não parou de implementar várias medidas de apoio ao emprego e ajudou mais de 8 mil residentes a encontrar emprego desde o ano passado. Porém, falta apoio direccionado para as pessoas com dificuldades de emprego, e muitas destas alegaram que as suas tentativas têm falhado repetidamente.

O Governo disse que o ambiente de emprego vai melhorar, mas perante a situação de desemprego referida, ainda não se verificou nenhuma solução concreta por parte do Governo. Com vista a resolver o desemprego estrutural, apresento as seguintes sugestões:

1. Cumprir rigorosamente a “Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais”, assegurar a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego; reforçar o investimento na formação profissional e elaborar planos de formação de talentos; incentivar os trabalhadores locais a trabalharem em profissões de alta qualidade; lançar medidas específicas para responder aos diferentes tipos de problemas estruturais de desemprego e analisar as razões concretas das dificuldades dos desempregados em encontrar novo emprego, otimizar os conteúdos do “Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados” e do “Regulamento da Verba Específica para a Formação Profissional”; propõe-se, ao mesmo tempo, o aumento do montante dos apoios e subsídios, alargando o âmbito do apoio às pessoas com dificuldades diferentes de integração laboral, proporcionando-lhes formação adequada.

2. Durante a pandemia, o Governo lançou o plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho para os jovens recém-ingressados no mercado de trabalho e o plano de abonos provisórios para o incentivo à contratação de residentes desempregados. A economia de Macau está a recuperar gradualmente, mas, face à grave situação do desemprego estrutural, espero que os referidos planos continuem a ser implementados, sobretudo para os que têm dificuldades em encontrar emprego.

3. Quanto aos salários demasiado baixos, são a razão para os locais e os não residentes não quererem ocupar alguns postos de trabalho disponíveis. Assim, espero que o Governo aumente os salários dos trabalhadores da função pública, para promover que outros sectores façam o mesmo, e que proceda, quanto antes, à revisão do valor do salário mínimo, nos termos da Lei n.º 5/2020 (Salário mínimo para os trabalhadores), para garantir aos trabalhadores da camada de base um nível salarial razoável e reduzir, tanto quanto possível, a perda de trabalhadores nos postos com salários mais baixos.

2023-04-19 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Será que a RAEM, consegue em três meses, recuperar os três anos de prejuízos, derivado da imposição de gravosas medidas pandémicas?”

Após três anos de imposição de gravosas medidas pandémicas, ainda são muito visíveis, os enormes “estragos” causados na qualidade de vida da maioria das pessoas, a eliminação de milhares de postos de trabalho, o desaparecimento de muitas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e o aparecimento do desemprego estrutural resultante das profundas mudanças ocorridas na indústria do jogo e que ao longo de décadas fora sempre um dos maiores empregadores e criadores de riqueza familiar.

Não há dúvidas, que a lenta recuperação económica afecta todos os residentes. Mas afecta ainda mais, as camadas mais vulneráveis, tais como os desempregados, os idosos, os idosos acamados, os deficientes, famílias monoparentais, as famílias com membros que necessitam cuidados especiais, os trabalhadores com doenças crónicas. Estes sofrem mais, devido à diminuição dos apoios dos seus familiares por muitos deles estarem desempregados.

Não há dúvidas, que os preços dos principais bens essenciais continuam a aumentar e os salários continuam estagnados ou foram mesmo reduzindo, devido ao batalhão de trabalhadores não residentes e não qualificados a exercerem trabalhos de “colarinho branco” que estão dispostos a trabalhar longas horas de trabalho com baixos salários, sem pagamento de horas extraordinárias, sem direitos e regalias. Perante este cenário, os residentes não têm outras alternativas senão fazer compras nas regiões adjacentes ou inclusivamente passar a residir além-fronteiras onde o custo de vida é muito mais barato.

Não há dúvidas, que aumentou, o número de pessoas, que para poderem sobreviver, se vêm obrigados transportar bens além-fronteiras. São cada vez mais pessoas, mais desempregados, mais idosos, mais mães solteiras, mais jovens desempregados, mais jovens que trabalham em regime de “part-time” e até mais menores a prestarem este tipo de serviços. Estas pessoas transportam estes bens, porque precisam de transportar estes bens para ganhar algum dinheiro, e com este dinheiro poderem pagar todos os meses e pontualmente as rendas de casa, as amortizações bancárias e as dívidas pessoais contraídas durante o período de pandemia.

Neste momento, muitos jovens só conseguem trabalhos precários de entrega de comidas, produtos e encomendas e têm também de assumir elevados riscos face à imprevisibilidade e insegurança destes postos de trabalho. Neste Verão, cerca de três milhares de estudantes

vão licenciar-se e estarão “automaticamente” desempregados e muitos deles provavelmente terão de prestar este tipo de serviços. Muitos talentos locais vão-se embora por falta de oportunidades nas suas áreas de especialidade, nomeadamente oportunidades de trabalho na indústria do Jogo e na função pública.

E é perante esta realidade, que a atribuição das oito mil patacas inseridas nos cartões electrónicos para consumo local e as sete mil patacas do Regime de Previdência Central não Obrigatório poderia de facto ajudar muitas famílias, que neste momento, ainda estão com enormes dificuldades financeiras fruto de três anos de pandemia e a imposição de gravosas medidas pandémicas que afectaram gravemente as empresas e a eliminação de milhares postos de trabalho.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 19.04.2023

Defesa da segurança nacional e garantia da estabilidade a longo prazo de Macau

O dia 15 de Abril é o Dia da Educação da Segurança Nacional. Desde 2018, o Governo da RAEM e o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM têm organizado, em conjunto, a “Exposição de Educação sobre a Segurança Nacional” e realizado uma série de actividades. Só com “segurança nacional” é que há a “segurança de Macau”; só com “segurança nacional” é que há a “segurança da casa”. Sem segurança nacional não há prosperidade nem estabilidade em Macau. Não há ninguém de fora na defesa da segurança nacional, pois cada um tem a sua responsabilidade e poderá fazê-lo. Todos nós devemos persistir no conceito geral da segurança nacional, reforçar a consciência e a compreensão sobre a segurança nacional, defender conscientemente a soberania, a segurança e os interesses do desenvolvimento do Estado, e construir, em conjunto, uma linha de defesa para a segurança nacional.

Quanto ao reforço da defesa da segurança do Estado em Macau, apresento as seguintes três sugestões:

1. Aperfeiçoar ainda mais os regimes e mecanismos de defesa da segurança nacional. Macau está a acompanhar a evolução do tempo procedendo à revisão da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”. Esta Lei, em conjunto com a Lei de “Prevenção e repressão dos crimes de terrorismo”, a “Lei da cibersegurança”, a “Lei de protecção do segredo de Estado”, em apreciação na Assembleia Legislativa, etc., constituem o ordenamento jurídico local para a defesa da segurança do Estado. Em 2018, foi criada a Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM e, em 2021, nela foram criados os lugares de assessor e de assessor técnico para os assuntos da segurança nacional. No futuro, Macau deve continuar a aperfeiçoar o regime jurídico da defesa da segurança do Estado e os seus mecanismos de execução e, ao mesmo tempo, dar atenção à eficácia da implementação das respectivas leis, salvaguardando efectivamente a segurança do Estado.

2. Reforçar ainda mais a consciência de todos os residentes sobre a segurança nacional. Os residentes de Macau têm uma boa tradição de amor à Pátria e a Macau. Têm sentido de responsabilidade e consciência em relação à defesa da segurança do Estado, sendo evidentes os resultados das diversas actividades de sensibilização sobre a segurança do Estado, incluindo a “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional”. No futuro, Macau deve continuar a reforçar a sensibilização e a educação sobre a segurança nacional, a reforçar a firmeza e a estimular a tomada de iniciativa, por parte dos cidadãos, em relação à defesa do Estado, para que todos os residentes conheçam profundamente a importância da segurança nacional e tenham plena consciência de que está intimamente ligada

aos seus próprios interesses, cumprindo, conseqüente e efectivamente, as suas atribuições e deveres.

3. Reforçar mais o ensino sobre o amor dos jovens pela Pátria e por Macau. Os jovens são o futuro de Macau e a principal força para salvaguardar a segurança nacional. O Pavilhão do Sentimento de Amor pela Pátria, a Base da Educação do Amor pela Pátria e por Macau para Jovens, o Concurso de conhecimentos sobre a situação nacional, a Constituição, a Lei Básica e as actividades de divulgação jurídica sobre a Lei relativa à defesa da segurança do Estado inovaram as formas de educação patriótica e enriqueceram a conotação do amor pela Pátria e por Macau. O Governo e os diversos sectores da sociedade devem continuar a manter uma estreita cooperação, promover a integração dos jovens no desenvolvimento nacional e implementar as exigências apresentadas pelo Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, na Cerimónia de Inauguração da “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional”, de enraizar nos jovens a ideia de defesa da segurança nacional, desde pequenos e a partir de si próprios, consolidando o conhecimento geral sobre o conceito de segurança nacional.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 19.04.2023

Estabelecimento, em múltiplas dimensões, de um sistema educativo de segurança nacional com características de Macau

No passado dia 15, assinalou-se o 8.º “Dia da Educação da Segurança Nacional”, e a “Exposição educativa sobre a segurança nacional”, com a duração de um mês, foi inaugurada solenemente em Macau. Actualmente, o País está a encaminhar-se para concretização dos objectivos dos dois centenários, assinalados pela “construção de um poderoso país socialista moderno em todos os aspectos”. Face à crescente complexidade do ambiente externo e à segurança nacional, cada vez mais crítica na nova era, o País está a deparar-se com uma grande mudança que não se registava há um século no mundo. Tendo em conta que a segurança nacional é uma base importante para o desenvolvimento estável de Macau e uma garantia importante para uma vida melhor para os residentes, como concretizar o conceito geral da segurança nacional, promover o juízo de valor do “amor à Pátria e a Macau” e desenvolver as forças do amor à Pátria e a Macau é essencial para salvaguardar a implementação com sucesso de “Um País, Dois Sistemas”, e o desenvolvimento estável da economia e da sociedade de Macau.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM empenhou-se no aperfeiçoamento do regime jurídico e do mecanismo de execução da defesa da segurança do Estado em Macau, com a criação da Comissão de Defesa da Segurança do Estado, a promulgação da Lei da Cibersegurança e a promoção da revisão da Lei Relativa à Defesa da Segurança do Estado, e o desenvolvimento de trabalhos de sensibilização e educação em vários aspectos. Este ano, a “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional” continua a ser exploradora e inovadora, acrescentando-se o concurso de vídeos curtos, o que desempenha um papel mais activo na promoção e na educação diversificada.

No futuro, espero que o Governo da RAEM possa continuar a enriquecer as formas de divulgação e sensibilização sobre a segurança nacional, por exemplo, organizar concursos de conhecimentos, competições desportivas, criar mais actividades promocionais “online” e “offline”, produzir livros ilustrados, desenhos animados, programas de televisão e filmes para diferentes grupos de pessoas, etc., combinando adequadamente mais actividades de pais e filhos, para que os residentes, além de se divertirem, adquiram conhecimentos profundos sobre a segurança nacional e reforcem o seu sentido de identidade nacional.

Mais ainda, sugiro que o Governo planeie, de forma global, os trabalhos de educação sobre a segurança nacional a realizar em Macau e desenvolva um sistema curricular de educação sobre a segurança nacional que envolva diferentes disciplinas e fases de aprendizagem, com a integração do conceito geral de segurança nacional, para cultivar, desde tenra idade, nos jovens de Macau, a consciência da segurança nacional e o conceito de amor pela Pátria e por Macau.

Deve também proporcionar mais recursos e apoio aos diversos sectores da sociedade, comunidades, escolas, famílias, entre outros, para incentivar todas as partes a trabalharem juntas, no sentido de construir um sistema de educação sobre a segurança nacional e de criar uma atmosfera social em que se preste elevada atenção à mesma.

Por fim, este ano marca o arranque da plena implementação das ideias contidas no 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China e o 30.º aniversário da promulgação da Lei Básica de Macau, pelo que espero que o Governo da RAEM, no âmbito dos trabalhos de sensibilização e educação sobre a segurança nacional, proceda à profunda conjugação da educação da segurança nacional e das mais recentes políticas de desenvolvimento nacional com os conhecimentos sobre a Lei Básica de Macau, e efectue bem os trabalhos de divulgação sobre a revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado, permitindo aos residentes de Macau ficarem a conhecer a situação da segurança nacional e a ligação entre esta e o seu próprio desenvolvimento, reforçando, desse modo, o sentido de pertença ao País.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 19.04.2023

Segurança rodoviária para peões

“A segurança rodoviária é responsabilidade de todos” é um slogan muito familiar para crianças e adultos, e quer os condutores quer os peões sabem que o cumprimento das regras de trânsito é fundamental para a segurança. Porém, a insuficiência de instalações de trânsito, a existência de fendas e buracos devido à má qualidade das vias, etc. têm impacto nas deslocações dos residentes, e são um grande risco para a segurança.

Segundo os moradores do Edifício Iat Seng na Taipa, com o crescente aumento da taxa de ocupação do edifício e a entrada em funcionamento, há muitos anos, da instituição para os cuidados a idosos e da creche nas proximidades, há cada vez mais idosos e crianças na Estrada Nordeste e na Rua de Choi Long da Taipa. Porém, devido à falta de instalações de trânsito, incluindo zebras, muitos estudantes e idosos costumam atravessar em locais diferentes durante as horas de ponta. Se os condutores não prestarem atenção suficiente, é provável que não consigam reduzir a velocidade a tempo e que haja lugar a incidentes irreversíveis e lamentáveis. Proponho às autoridades que se procedam a uma avaliação *in loco*, para ver se há condições suficientes para o aditamento de zebras ou outras instalações de trânsito em locais adequados à volta da Estrada Nordeste e da Rua de Choi Long da Taipa, bem como no cruzamento em frente à creche, para segurança dos peões, especialmente para segurança no transporte das crianças.

Segundo os residentes, há desprendimento de ladrilhos e fissuras nos ladrilhos tácteis nos espaços públicos à volta dos complexos de habitação económica e social de Seac Pai Van. Segundo alguns idosos, porque a visão é fraca e há danos dos ladrilhos nos passeios, as quedas são fáceis e frequentes, e sofrem ferimentos, e na zona do parque infantil e nos locais com grande fluxo de pessoas, a deterioração dos ladrilhos também é grave. Após comunicação da situação aos serviços competentes, através de vias como o “IAM em contacto”, as reparações foram de imediato efectuadas, porém, foram simples e pequenas, e no caso de grande fluxo de pessoas ou de erosão da chuva, os problemas podem voltar rapidamente a surgir. Assim, sugiro ao Governo que, aquando da concepção e selecção de materiais, se tenha em conta a durabilidade dos passeios e, no caso de colocação de ladrilhos, que se utilizem os que apresentam elevadas durabilidade e resistência ao escorregamento. O Governo deve reforçar a manutenção e a inspecção aos ladrilhos nos espaços públicos e rever a situação dos passeios das diversas zonas, para efectuar a substituição imediata dos ladrilhos danificados e planear, consoante a situação concreta, os trabalhos da respectiva renovação integral, com vista a possibilitar as deslocações dos residentes num ambiente seguro e confortável.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 19.04.2023

Antecipar o planeamento para reforçar a capacidade de acolhimento turístico de Macau durante o feriado do 1.º de Maio

O número de visitantes durante as férias da Páscoa foi satisfatório e até muito melhor do que o esperado. Isto demonstra a eficácia da estratégia do Governo para atrair visitantes e aumenta ainda mais a confiança dos diversos estratos sociais na recuperação económica de Macau. Espera-se que, na Semana Dourada do 1.º de Maio, a situação seja melhor quanto ao número de visitantes. Com o crescente aumento dos visitantes, é assunto de importância saber como é que se pode restaurar e reforçar a capacidade de acolhimento turístico em cada etapa, e assegurar que as instalações públicas sejam bem equipadas, ao nível do hardware e software, para proporcionar aos visitantes uma experiência turística completa e de qualidade.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Com a recuperação do turismo, surgiram alguns casos de “guias turísticos ilegais”, “flutuação dos preços dos hotéis”, “excursões para contrabando”, alojamento ilegal, consumo forçado, e engano a turistas, entre outros. Espero que o Governo reforce as patrulhas nas diversas zonas, e que tome a iniciativa de combater as irregularidades relacionadas com o turismo, para salvaguardar os direitos e a segurança dos residentes e turistas, bem como a imagem turística de Macau.

2. A semana dourada do 1.º de Maio está a chegar, e o Governo deve prever o número de visitantes, reforçar a distribuição do pessoal nas diversas fronteiras e pontos turísticos, nomeadamente nas Portas do Cerco, que tem sido a mais movimentada, abrir mais canais de inspeção e balcões de verificação de documentos, assegurar a dispersão de multidões e a divulgação de informações em tempo real, para elevar a eficiência da passagem nas fronteiras. Deve ainda preparar um plano de contingência interdepartamental, para responder rapidamente a incidentes imprevistos.

3. Quanto ao aumento dos turistas, que constitui uma certa pressão para o trânsito, especialmente nas zonas turísticas e nas proximidades das fronteiras, e aos congestionamentos nas proximidades da fronteira da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o Governo afirmou que ia estudar a implementação da “marcação prévia para a circulação dos veículos de Macau na China”, e que se previa conseguir alargar, antes do 1.º de Maio, a faixa de rodagem da ponte da Zona A que liga a ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Espero que o Governo divulgue, quanto antes, os respectivos planos, para os residentes e turistas se deslocarem fora das horas de ponta. Espero também que continue a melhorar as instalações turísticas e de trânsito de cada zona, a acompanhar de perto a situação do fluxo de passageiros para o seu atempado ajustamento, a melhorar as indicações das carreiras dos autocarros e a destacar pessoal para a divulgação e o desvio de passageiros nas paragens de autocarros nas fronteiras e zonas

turísticas principais, evitando assim que os turistas apanhem o autocarro errado por falta de informações.

4. Durante a pandemia, houve uma redução significativa de trabalhadores no turismo, hotelaria e transportes, e a falta de mão de obra continua, assim, como resultado, os voos são insuficientes, os barcos entre Hong Kong e Macau são pouco frequentes, e alguns hotéis tiveram de reduzir o número de quartos disponíveis para manter a qualidade do serviço. Espera-se que o Governo reforce a comunicação com os sectores, para estar a par das suas solicitações, no sentido de actualizar as medidas relacionadas com a formação e os recursos humanos. Há que fazer bons ofícios para aumentar o número de voos e de barcos entre Hong Kong e Macau, por forma a facilitar as deslocações dos turistas, em prol da retoma global do turismo.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 19.04.2023
Garantia da estabilidade do emprego e apoio aos trabalhadores
no melhoramento das suas técnicas

Nos últimos meses, desde a implementação plena da passagem fronteiriça, o número de visitantes tem vindo a aumentar gradualmente para o nível registado antes da epidemia, a taxa de desemprego e a de subemprego de Macau têm vindo a descer e a tendência geral da sociedade tem vindo a melhorar. Mas o ambiente de emprego não conseguiu acompanhar o ritmo da recuperação económica, o mercado de emprego em geral está fraco e, devido à falta de experiência na área social e ao ajustamento dos sectores de actividade, entre outros factores, um grupo de jovens não conseguiu entrar com sucesso no mercado de trabalho. Mesmo as pessoas de meia-idade deparam-se com problemas de desemprego estrutural e esta série de problemas necessita de trabalhos preparatórios nas diversas áreas de vários serviços públicos do Governo da RAEM, a fim de melhor apoiar as necessidades de emprego das diferentes camadas sociais.

Nos últimos três anos, o Governo da RAEM organizou vários projectos de emprego específicos, feiras de emprego, programas de estágio específico, etc., cujos locais de trabalho passaram de Macau para a Zona de Cooperação Aprofundada, para a Grande Baía e até para outras províncias e cidades, permitindo aos candidatos conhecer o desenvolvimento das diferentes indústrias e aumentar a possibilidade de conjugação de emprego. No entanto, devido à instabilidade da epidemia e à lenta recuperação da economia e do mercado, não foi possível resolver eficazmente a questão do emprego.

Actualmente, Macau está numa fase de transformação da estrutura industrial. Com a implementação da estratégia de desenvolvimento diversificado adequado “1 + 4” apresentada pelo Governo e o desenvolvimento dos projectos das indústrias não relacionadas com o jogo, acredita-se que vão ser criados mais postos de trabalho de diferentes áreas e tipos, por isso o Governo deve aproveitar a recuperação económica, para resolver os problemas de desemprego e de subemprego causados pela pandemia, e utilizar as vantagens do desenvolvimento das novas indústrias, para prestar serviços adequados de apoio ao emprego, de modo a ajudar, em diferentes níveis, os candidatos a emprego a entrarem, quanto antes, no mercado de trabalho, a concretizar a prioridade dos locais no acesso ao emprego e a diversificação do emprego dos mesmos, e a promover o desenvolvimento de todos os sectores.

Mais, há que aperfeiçoar a análise sobre a oferta e a procura de recursos humanos nos diversos sectores, racionalizar a distribuição e a formação, densificar a base de dados de profissionais, reforçar a conjugação de emprego e a fiscalização, e incentivar e apoiar os candidatos a prepararem-se bem para o emprego. Isto para aumentar a taxa de emprego dos residentes. Ao mesmo tempo, há que continuar a reforçar a cooperação com as associações e empresas, para disponibilizar postos de trabalho em diferentes áreas de especialização, e elevar as competências técnicas e profissionais, no sentido de formar, em conjunto,

talentos locais. Há que apoiar os desempregados de longa duração, de meia-idade e de idade avançada, e os jovens desempregados, na inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Isto para consolidar a base para o desenvolvimento de Macau a longo prazo.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 19.04.2023

Reforçar e reflectir sobre a gestão do trânsito nas proximidades do posto fronteiriço da Ponte e das vias de saída para a “Circulação de veículos de Macau na província de Guangdong”

Para ajudar Macau a integrar-se melhor na Grande Baía e na Zona de Cooperação Aprofundada, reforçar a estratégia nacional de ligação com o Interior da China e maximizar as vantagens únicas do princípio “Um País, Dois Sistemas”, as políticas de circulação de veículos de Macau na província de Guangdong e de veículos com matrícula única em Hengqin aprofundaram a cooperação e o intercâmbio com o Interior da China.

No entanto, o nosso Gabinete recebeu muitas queixas de cidadãos, apontando que, antes da chegada dos feriados públicos, o Governo da RAEM não preparou planos de contingência para fazer face ao aumento súbito do fluxo de passageiros e veículos, o que resultou em longas filas de espera nos postos; e que, por motivo do longo tempo de espera, os cidadãos foram obrigados a mudar de itinerário, levando o Chefe do Executivo a afirmar, na sessão de perguntas e respostas que teve lugar há dias, que iam ser tomadas medidas para a resolução da situação.

Recorde-se que, depois do levantamento das restrições fronteiriças em 2023, muitos residentes voltaram a ter o hábito de ir ao Interior da China prestar culto aos antepassados. As 2000 quotas diárias para os veículos de matrícula única entrarem na China foram logo todas preenchidas e, como estes veículos apenas podem entrar na China através do posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, a partir das 9: 00 horas do dia 5 de Abril (Dia de Finados), registaram-se longas filas na faixa de saída da ponte. A fila do congestionamento ia desde a zona A até ao viaduto perto da Pérola Oriental, levando com que toda a zona nordeste de Macau ficasse paralisada. A organização caótica do trânsito levou o público a ficar muito insatisfeito!

O Governo devia ter previsto que ia haver um grande número de residentes e de veículos a deslocar-se para o Interior da China, e é provável que isso volte a repetir-se no futuro durante os feriados públicos e nas horas de pico. O Governo anunciou a adopção de medidas provisórias para melhorar a eficiência da passagem nas fronteiras durante o feriado do Dia do Trabalhador, mas as medidas provisórias não conseguem resolver radicalmente as diversas lacunas existentes no planeamento do trânsito, nem os problemas da falta de visão prospectiva do Governo.

O trânsito no posto fronteiriço da Ponte tem sido alvo da atenção da sociedade e o trânsito nas vias do posto fronteiriço, da Zona A e da Rotunda da Amizade, em direcção ao centro da cidade, alvo das críticas da população. O grave engarrafamento durante os últimos feriados destacou o problema do trânsito no referido posto fronteiriço, e os residentes constataam as insuficiências no trânsito nos dois sentidos, isto é, da zona A para o posto fronteiriço ou vice-versa.

Para aliviar a pressão de trânsito na entrada e saída do posto fronteiriço da Ponte, sugiro o seguinte:

1. É necessário acelerar a construção de outras vias de ligação entre a Zona A e o posto fronteiriço da Ponte. Após a respectiva construção, o Governo deve ponderar alterar a via de acesso à ponte na Pérola Oriental e as vias de ligação entre a zona A e o posto fronteiriço para vias de sentido único, e planear novamente o trânsito nas suas proximidades e os itinerários para entrar e sair do posto fronteiriço, com vista a uma melhor triagem dos veículos em função da situação concreta.

2. O Governo deve abrir, com antecedência, mais canais para a saída de veículos, em resposta ao elevado número de carros locais a circular no Interior da China, e ajustar e simplificar os respectivos procedimentos de apreciação e autorização, para reduzir o tempo de espera e de passagem transfronteiriça e aumentar a respectiva eficiência. Deve ainda continuar a dialogar com os serviços competentes do Interior da China, procurando aumentar o número dos postos fronteiriços pelos quais os carros de Macau podem passar para entrar no Interior da China, por exemplo, para Zhuhai, através do Posto Fronteiriço de Hengqin.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 19.04.2023

Aumentar o consumo interno para promover a recuperação económica

Macau, cuja economia é micro e orientada para o exterior, sofreu um grande impacto económico durante a epidemia. A economia ainda não recuperou totalmente, ainda vai precisar de mais algum tempo, apesar de as ligações com o exterior terem sido retomadas, das políticas de apoio do Governo, e da recuperação gradual do número de turistas. Aliás, com a antecipação da medida de circulação dos veículos de Macau no Interior da China, o consumo interno mudou-se para o exterior, nomeadamente nos feriados e fins-de-semana, o que faz com que os negócios das PME dos bairros comunitários fiquem péssimos. Em suma, as PME não conseguem partilhar dos negócios resultantes da retoma dos turistas, ainda perdem parte dos negócios do consumo local, e os custos com os salários, rendas e materiais também aumentaram, o que constitui uma grande preocupação. Face às dificuldades de exploração que as PME enfrentam, o Governo deve, tendo em conta a situação real, lançar mais políticas para melhor promover o seu desenvolvimento e estabilizar ainda mais a base económica.

A promoção do desenvolvimento económico através do consumo é uma tarefa importante neste momento. Durante a epidemia, o Governo lançou três rondas do “Plano de benefícios de consumo por meio electrónico contra a epidemia” e uma ronda do “Plano de subsídio de vida”, para dinamizar, através do consumo, a economia interna, e obteve resultados bastante positivos. Segundo o Governo, foram injectados no mercado cerca de 9,74 mil milhões de patacas, o que resultou numa rentabilidade global de 13,927 mil milhões de patacas, o que demonstra que isto surtiu um grande efeito impulsionador. Há dias, o Secretário para a Economia e Finanças afirmou que não há condições para emitir mais cartões de consumo de 8000 patacas, mas que, consoante a evolução económica, vai definir planos de forma dinâmica e responder às mudanças, para salvaguardar a vida e o emprego dos residentes e resolver os problemas de exploração. A sociedade compreende muito bem que o Governo não queira tornar permanente o plano do cartão de consumo, mas a recuperação económica ainda leva tempo e o poder do consumo de jogo ainda não atingiu metade do registado antes da epidemia. O aumento do consumo interno continua a ser a forma mais necessária para a estabilidade económica, e também um apoio mais preciso para as PME.

Assim, proponho o seguinte:

1. O turismo e o jogo têm sido desde sempre pilares da economia de Macau, e suporte importante para o desenvolvimento das PME. Na retoma económica, o Governo deve desempenhar um papel de liderança, coordenação, fiscalização e inovação, aprofundando plenamente o modelo de desenvolvimento através da cooperação, no sentido de melhorar os serviços ao consumo por parte dos turistas,

criar novos focos de consumo interno, e promover a transformação e *upgrade* do consumo interno e externo.

2. A expansão da procura e do consumo interno é, sem dúvida, uma das formas eficazes para estabilizar a economia. Muitas cidades do Interior da China mantêm, após a pandemia, os subsídios de consumo, pois não são medidas provisórias para responder ao impacto da pandemia, antes sim, meios eficazes para promover o desenvolvimento económico. Macau encontra-se numa fase crucial de recuperação, portanto, o Governo deve aproveitar todas as medidas favoráveis ao desenvolvimento económico, e não deve ficar parado, nem fechar a porta para fazer as contas. Os dirigentes devem ir aos bairros comunitários para observar, ouvir as opiniões e sugestões da população. Há que, durante a retoma económica, lançar benefícios ao consumo, para promover a economia comunitária e atenuar a pressão causada pelos preços elevados, com vista a libertar o poder de compra dos residentes e a dinamizar a economia, assegurando-se, de forma mais eficaz, a qualidade de vida da população e a estabilidade social.

IAOD dos Deputados Pang Chuan e Kou Kam Fai em 19.04.2023

Aproveitar as oportunidades no caminho chinês para a modernização através da educação

Na cerimónia de encerramento da Assembleia Popular Nacional, o Presidente Xi Jinping afirmou que “o fortalecimento do País não pode estar dissociado da prosperidade e estabilidade de Hong Kong e de Macau a longo prazo”, expressando a sua atenção e apoio ao desenvolvimento de Macau, bem como as suas expectativas. A prosperidade e a estabilidade de Macau a longo prazo são componentes indispensáveis da “concretização da meta do segundo centenário através do caminho chinês para a modernização”. Macau deve articular-se rapidamente com a estratégia de desenvolvimento nacional e desempenhar melhor o seu papel.

Desde o Retorno à Pátria, Macau tem sido um exemplo de sucesso da implementação do Princípio “Um País, Dois Sistemas”. Com o apoio das autoridades centrais, a educação desenvolveu-se de forma vigorosa. O País estabeleceu em Macau quatro laboratórios de referência e uma estação nacional de observação e estudo científico de campo, foi construído o novo campus da Universidade de Macau em Hengqin, o *ranking* internacional das instituições de ensino superior tem vindo a subir, e várias certificações internacionais abriram centros de exame em Macau. Assim, Macau tem várias vantagens, nomeadamente, um vasto leque de cursos internacionalmente reconhecidos, centros de certificação, ensino da língua portuguesa e base de divulgação científica, por isso, deve desempenhar um papel especial no fortalecimento do País através da educação. Propomos então o seguinte:

1. Criar um centro de aprendizagem da língua portuguesa e intercâmbio cultural. Macau possui uma rica base da cultura chinesa e é um local de encontro das culturas chinesa e portuguesa, portanto, nesta nova era, deve assumir uma nova missão cultural, desenvolver, plenamente e mantendo a predominância da cultura chinesa, as vantagens da coexistência das diversas culturas, e expandir e aprofundar o intercâmbio cultural e humanístico a nível internacional, por forma a desenvolver o seu papel indispensável de ponte no intercâmbio entre a China e o mundo e a injectar mais dinamismo humano. Propomos que se aproveitem bem as vantagens do ensino da língua portuguesa para transformar Macau num centro de aprendizagem da língua portuguesa e intercâmbio cultural na Grande Baía, no País e até na Ásia, enriquecendo assim a “Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e aprofundando as funções de “base cultural”.

2. Criar um centro de viagens de estudo e de certificação. Segundo consta, em 2019, o número de pessoas que participaram em viagens de estudo a nível nacional subiu para 4,8 milhões, em 2021 para 4,94 milhões, e até registou um aumento durante a pandemia, uma altura difícil, ultrapassando os 6 milhões em 2022 e batendo novo recorde histórico. Podemos ver que o mercado das viagens de estudo no nosso País está a desenvolver-se rapidamente, e que a procura é grande. No Relatório das LAG para 2023, o Governo refere a necessidade de

promover o desenvolvimento das viagens de estudo, portanto, neste contexto, explorar este mercado e criar um centro de certificação é um excelente ponto de partida para Macau desenvolver as suas vantagens e se integrar melhor no desenvolvimento nacional. Devemos empregar esforços para os ministérios e comissões competentes do País emitirem um visto que facilite a vinda até Macau, de estudantes e docentes do Interior da China, para a realização de estudos académicos e a participação em intercâmbios académicos, cursos profissionais internacionais e exames de certificação, para aumentar o número de dias de estadia em Macau. Mais, devemos explorar mais recursos para as viagens de estudo, reforçar o desenvolvimento de produtos para estas viagens, e tentar que mais exames e certificações internacionais sejam estabelecidos em Macau, para aumentar a nossa atractividade.

A educação não deve servir apenas Macau, deve também contribuir activamente para o desenvolvimento nacional. A educação deve conhecer correctamente as mudanças, tomar a iniciativa de responder e adaptar-se às novas exigências impostas pela educação moderna ao estilo chinês, por isso, espera-se que lutemos unidos, para escrevermos, em conjunto, um novo capítulo sobre a integração de Macau no desenvolvimento nacional!

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 19.04.2023

Implementação do Programa de Popularização de Veículos Eléctricos e resolução das dificuldades na instalação de equipamentos de carregamento nos edifícios privados

“Criação de uma cidade mais habitável e ecológica. Vamos seguir o ‘Rumo à Dupla Meta de Carbono’, proposto a nível nacional, adoptando uma série de medidas para controlar as emissões de gases com efeito de estufa e implementar-se-á, com todo o empenho, o plano de promoção de veículos eléctricos de Macau, o que permitirá aumentar a sua taxa de vulgarização, sob o pressuposto de controlar o crescimento geral de veículos”ⁱ são prioridades das Linhas de Acção Governativa deste ano. Mas, segundo os dados da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, até finais de Março do corrente ano, existiam em Macau 249 685 veículos motorizados, entre os quais 5808 eléctricosⁱⁱ, representando apenas 2,3 por cento do número total de veículos, uma percentagem ainda baixa quando comparada com as regiões vizinhas.

É de salientar que, no início do ano passado, o Governo implementou o “Plano de concessão de apoio financeiro ao abate de motociclos obsoletos e a sua substituição por motociclos eléctricos novos”, com vista a incentivar os proprietários a substituírem-nos por motociclos eléctricos. O plano terminou no final do mês passado e, de acordo com os dados do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE), houve 1822 candidaturas; até 4 de Abril, foram recebidos 1457 motociclos velhos e registados 1210 novos motociclos eléctricosⁱⁱⁱ. Objectivamente, o plano eliminou alguns motociclos velhos e altamente poluentes, mas o número de pedidos ficou muito abaixo dos 10 a 30 por cento (cerca de 2550 a 7650)^{iv} que o plano previa, ou seja, muito aquém do objectivo da política.

Quanto aos carros eléctricos particulares, a conveniência e as tarifas das instalações de carregamento afectam, directamente, a vontade da sua aquisição por parte dos residentes. Actualmente, é difícil requerer a instalação de equipamentos de carregamento em parques de estacionamento privados, cujo processo envolve vários serviços e organismos públicos, bem como uma série de questões, incluindo normas jurídicas, administração de edifícios, equipamento eléctrico e custos ao nível pecuniário e de tempo. Assim, muitos residentes que gostariam de comprar veículos eléctricos sentem-se desencorajados, e o progresso dos trabalhos de protecção ambiental em Macau também foi posto em causa.

Pelo exposto, gostaria de manifestar as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Na fase inicial da implementação, é particularmente importante para o

Governo liderar e promover a política através de medidas administrativas para aumentar o apoio e a coordenação social. No ano passado, o Governo lançou o Plano de Concessão de Apoio Financeiro ao Abate de Motociclos Obsoletos e a sua Substituição por Motociclos Eléctricos. O número de candidaturas não correspondeu ao previsto, mas este Plano teve algum efeito em encorajar os residentes a substituírem as suas motos obsoletas. Proponho às autoridades que avaliem e optimizem, quanto antes, as candidaturas, e estudem dar início a um novo plano de concessão de apoio financeiro para promover ainda mais a utilização de motociclos eléctricos.

2. Actualmente, bastantes sectores utilizam veículos eléctricos no exercício das suas actividades, e a generalização destes veículos e o planeamento do seu desenvolvimento não afectam apenas os próprios condutores, mas também influenciam o desenvolvimento dos diversos sectores e até o futuro planeamento geral do trânsito de Macau. Assim, proponho ao Governo que defina, quanto antes, um roteiro para a popularização dos veículos eléctricos e divulgue ao público os respectivos planos e projectos, para todos os interessados, incluindo os diversos sectores, poderem planear o seu desenvolvimento seguindo as políticas delineadas.

3. Os trabalhos de generalização do uso de veículos eléctricos abrangem várias áreas, e a DSPA não é o único serviço com funções para a sua concretização. Sugiro ao Governo que crie, pois, um grupo de trabalho interdepartamental, para resolver, especificamente, as dificuldades de instalação de equipamentos de carregamento nos edifícios privados, de modo a evitar que a popularização destes veículos continue atrasada, prejudicando a eficácia dos trabalhos de protecção ambiental de Macau.

Por fim, é de salientar que a promoção e o uso de veículos movidos a novas energias, incluindo veículos eléctricos, para promover o transporte verde estão estreitamente relacionados com a protecção ambiental e o planeamento de trânsito de Macau, traduzindo-se também numa política nacional e numa tendência mundial de desenvolvimento. O Governo deve definir, o mais rápido possível, um plano para a generalização dos veículos eléctricos e lançar medidas complementares de apoio, para promover os trabalhos de protecção ambiental de Macau e contribuir para a concretização dos objectivos estratégicos do País de alcançar o pico das emissões de carbono e a neutralidade de carbono.

ⁱ Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2023, Governo da RAEM da RPC, pág. 30.

ⁱⁱ Dados Estatísticos sobre Veículos Motorizados em Macau, até 31 de Março de 2023, Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego,

<https://www.dsat.gov.mo/pdf/statistics/2023/1/pt/4.pdf>

iii “Terminaram os prazos de candidatura aos dois planos de apoio financeiro, que ajudaram a melhorar a qualidade do ar”, Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, 4 de Abril de 2023,

https://www.fpace.gov.mo/fpace_pt/news_detail.aspx?a_id=88823040400095349

iv “30% de motociclos velhos candidatam-se ao apoio financeiro à substituição por motociclos eléctricos”, TDM, 14 de Fevereiro de 2022,

<https://www.tdm.com.mo/zh-hant/news-detail/657930?isvideo=false&lang=zh-hant&category=all>

IAOD do Deputado Zheng Anting em 19.04.2023

Melhorar o ambiente de vida dos moradores do Pátio do Espinho e acelerar os trabalhos da sua revitalização

O Pátio do Espinho é uma zona habitacional fechada, com longa história em Macau, onde vivem cerca de 70 famílias. Segundo me disse um idoso de 90 anos durante a minha visita ao Pátio, este mora ali há mais de 70 anos, mas, como a potência dos contadores nesta zona é muito reduzida e a capacidade de fornecimento de energia eléctrica é insuficiente, não pode utilizar vários electrodomésticos ao mesmo tempo. Se o ar condicionado e o frigorífico estão ligados, não pode ligar o fogão eléctrico para cozinhar sopa, o que é muito inconveniente para a sua vida. Mais, os fios eléctricos e diversos tipos de tubos estão expostos, podendo facilmente causar um incêndio e outros riscos de segurança. Segundo outro morador, este esqueceu-se de pagar as contas da água e da luz, por isso o abastecimento de água e de electricidade ficou cortado, e, mesmo tendo pago o montante em falta, não viu o restabelecimento do abastecimento de água e de electricidade. Segundo alguns moradores, a rede de drenagem do Pátio foi construída há muito tempo e carece de reparação. Apesar de o Governo ter efectuado algumas reparações, não há um plano uniformizado para a sua renovação e remodelação, por isso, durante chuvas intensas, a rede de drenagem não consegue dar resposta à grande quantidade de águas pluviais, o que faz com que as águas residuais se espalhem pelas ruas e entrem nas habitações. Fui ao local e verifiquei fendas visíveis nalgumas casas devolutas e até árvores grandes crescidas dentro das mesmas, que rasgam as paredes, o que resulta em riscos de desmoronamento e constitui uma grave ameaça para a segurança da vida quer dos moradores quer dos turistas. Mais, como alguns terrenos devolutos estão cheios de lixo e podem ser berço de mosquitos, pondo em causa a saúde dos moradores, estes só podem tomar a iniciativa de os limpar. Até ao momento, os referidos problemas ainda não foram devidamente tratados pelos serviços competentes.

Quanto à revitalização, o Pátio do Espinho fica por detrás das Ruínas de S. Paulo. Após visitarem as Ruínas, os turistas também passam pelo Pátio do Espinho, que faz parte do Centro Histórico de Macau, com uma área de mais de 10 mil metros quadrados, um antigo poço e árvores antigas, rodeado por antigas muralhas, revestindo-se de grande valor histórico e cultural, como zona característica de Macau, e tendo valor revitalizador. O Governo incluiu, recentemente, o Pátio do Espinho na “Lista de salvaguarda e de revitalização”, mas os resultados dessa preservação e revitalização devem ser concretizados o mais rápido possível. Na minha opinião, o Pátio do Espinho tem um enorme potencial de revitalização, quer em termos de localização geográfica, quer de recursos culturais. Se se proceder ao planeamento geral e ao embelezamento do Pátio do Espinho, introduzindo elementos culturais da antiga aldeia murada e criando pontos de “check-in” com atmosfera cultural, lojas culturais e criativas e actividades com características próprias, acredita-se que tudo isto contribuirá para a promoção do desenvolvimento dos bairros comunitários, injectando vitalidade nos mesmos e

contribuindo para a preservação das características culturais da zona. Proponho ao Governo que elabore um plano geral e concreto para a revitalização do Pátio do Espinho, através de um grupo de trabalho interdepartamental especializado, melhore as infra-estruturas de abastecimento de água, electricidade e fornecimento de gás, renovando a rede de esgotos, e coordene bem os trabalhos de revitalização, com vista a criar um bairro com condições ideais de habitação e de turismo.

Na minha opinião, as bases materiais para a revitalização são: resolver os problemas de vida dos residentes, melhorar as infra-estruturas e embelezar o ambiente. Ao mesmo tempo, a conservação e a revitalização vão contribuir para a preservação das suas características e para o seu desenvolvimento. Há, portanto, uma relação de complementaridade. Espero que o Governo, com base na cooperação interdepartamental, melhore o ambiente do Pátio do Espinho e acelere os trabalhos de revitalização.

Por fim, espero que os membros do Governo e os Deputados possam visitar “in loco” o Pátio do Espinho.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 19.04.2023

Aumento do apoio aos desempregados para responder ao desemprego estrutural e promoção do desenvolvimento financeiro moderno para criar mais postos de trabalho

Já em 2021 alertei o Governo para o seguinte: Face à recessão económica e ao seu ajustamento estrutural, o que se está a enfrentar não é apenas a taxa de desemprego a aumentar constantemente, mas sim o desemprego estrutural muito mais complicado e a redução dos rendimentos dos residentes. O Governo lançou medidas através dos serviços públicos, mas, objectivamente, os resultados são dispersos e a distribuição de recursos é inadequada, afectando a eficácia e a eficiência de execução.

A reconversão da estrutura económica e a redução de postos de trabalho dificultam ainda mais a integração dos jovens e dos recém-licenciados no mercado de trabalho, reduzindo-se, assim, o espaço de emprego das pessoas de meia idade e idade avançada. O Governo tem de identificar, de forma aprofundada e clara, o cerne da questão, pois só assim é que pode adoptar medidas eficazes para melhorar a situação do desemprego. Sobre isto, já apresentei, por várias vezes, quatro sugestões:

1. Concentrar os recursos para prolongar o período de atribuição do subsídio de desemprego de 3 para 6 meses;
2. Promover, através da cooperação com as instituições de ensino, a credenciação e a progressão profissionais;
3. Apoiar as PME, microempresas e lojas locais, para estabilizar a economia comunitária e manter os postos de trabalho existentes;
4. Aproveitar bem o planeamento da reserva de terrenos, para a captação de negócios e investimento, a fim de criar mais postos de trabalho.

O investimento directo do exterior foi de 38,2 mil milhões de patacas em 2021, somando assim, até ao final de 2021, o *stock* de investimento directo do exterior 333,76 mil milhões de patacas, ou seja, um aumento de 12,4% em relação ao ano anterior. Portanto, apesar do forte impacto da pandemia na indústria do jogo, o investimento do exterior continuou a desempenhar um importante papel de suporte para a economia de Macau.

Segundo as Estatísticas do Investimento Directo de 2021, entre as quatro indústrias importantes, a medicina tradicional chinesa, a macro saúde e a inovação científica e tecnológica não conseguiram atrair investimentos consideráveis, enquanto o investimento do exterior na banca aumentou 7,8%, demonstrando que os investidores mantêm confiança no turismo e na indústria financeira, e que Macau apresenta vantagens no desenvolvimento da indústria financeira moderna. Assim, o Governo deve aproveitar as vantagens, aperfeiçoar os diplomas legais da área financeira, e otimizar o ambiente de investimento. Mais, deve fazer bom uso da reserva de terrenos, expandir a dimensão da economia, e criar mais postos de

trabalho, para atrair investimento através de medidas de benefício. Tudo isto para garantir mais oportunidades de trabalho aos residentes.

Sugiro também ao Governo que, para além de promover o desenvolvimento das quatro novas grandes indústrias, não se limite a depender apenas de Macau e da Ilha de Hengqin, e enquanto parte da Grande Baía, deve empenhar-se na articulação com as vantagens de outras cidades. Deve ainda ponderar em introduzir mais elementos financeiros, por exemplo, finanças verdes, instituições financeiras de todos os tipos, etc., para impulsionar o desenvolvimento de outras indústrias através das finanças modernas, que são a nova locomotiva do desenvolvimento, e aumentar os postos de trabalho.

Por último, tenho de salientar que a recuperação do turismo não significa recuperação de todos os sectores. Tanto os cidadãos como as empresas precisam de tempo para recuperar forças. Nesta época de recessão económica, mas em que tudo é caro, apelo ao Governo para ponderar sobre a distribuição de mais uma ronda de 8 mil patacas de vales de consumo electrónicos, para incentivar o consumo e revitalizar a economia comunitária, acelerando a sua recuperação.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 19.04.2023

Melhorar o planeamento e a distribuição das instalações de leitura para alcançar o objectivo do desenvolvimento de uma cidade de leitura

Os bons hábitos de leitura podem criar uma base para a formação de talentos locais e para a elevação do seu “*soft power*”. Após o retorno de Macau à Pátria, o Governo definiu claramente o rumo de trabalho “Promover a leitura em Macau e cultivar na população em geral, especialmente nos jovens, o hábito e o interesse pela leitura”. No entanto, tal hábito nunca foi generalizado. Segundo os resultados de um inquérito, os residentes de Macau lêem uma média de 6,6 livros por ano, e mais de 70% dos inquiridos nunca frequentaram as bibliotecas públicas nos últimos três meses. Por outro lado, a população da cidade expandiu-se e mudou-se, os recursos de leitura existentes nos bairros comunitários não conseguem acompanhar as necessidades de desenvolvimento, e os recursos de leitura não estão distribuídos de forma equilibrada em cada bairro, portanto, tudo isto impede a criação de hábitos de leitura.

No ano passado, o Governo afirmou claramente que ia transformar Macau numa “Cidade de leitura”, e há dias, lançou, pela primeira vez, o “Programa de Leitura para Bebés e Crianças” e o “Projecto de Melhoria do Espaço de Leitura para Crianças e Adolescentes”, criando, assim, um ambiente livresco para os jovens. Concordo plenamente com isto, e espero que o Governo aproveite o objectivo da construção de uma “Cidade da leitura” para proceder a estudos aprofundados e à optimização do planeamento das bibliotecas, aproveitando ainda a oportunidade do “Dia Mundial do Livro”, que se celebra a 23 de Abril, para aprofundar uma série de acções de promoção da leitura, com vista a elevar, de forma global, a qualidade da leitura entre a população.

Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Definição de um plano geral de leitura e elaboração de um plano director para o desenvolvimento

No passado, o Governo afirmou que tinha planos para definir a distribuição das bibliotecas públicas, a dimensão das bibliotecas, a concepção dos espaços, etc. Proponho ao Governo que, para além da definição destes planos, divulgue também um plano geral para o desenvolvimento de Macau enquanto “cidade de leitura”, e que defina uma lista de critérios e trabalhos de avaliação sobre os diversos trabalhos para a criação de “hábitos de leitura”. Ao mesmo tempo, deve rever, em tempo oportuno, as instalações e condições das bibliotecas nas diversas zonas, tomar como referência as experiências dos trabalhos de definição de planos para a Zona Leste - 2, e distribuir e optimizar, de forma razoável e de acordo com os critérios nacionais, os recursos de leitura nas diversas zonas. Mais, propõe-se a implementação faseada do “Projecto de Melhoria do Espaço de Leitura para Crianças e Adolescentes” nas diversas zonas comunitárias de Macau e a promoção conjunta do “Programa de Leitura para Bebés e Crianças” nas creches e nos centros de apoio familiar, e mais tarde o seu alargamento gradual até à fase juvenil, a fim de incentivar e reforçar a criação de hábitos de leitura entre as novas

gerações.

2. Acelerar a construção da nova Biblioteca Central

Desde a divulgação do projecto de concepção da nova Biblioteca Central pelo Governo em 2021, os residentes depositaram grande esperança na sua construção, mas, segundo as informações do Governo, até Maio do ano passado, o projecto ainda estava na fase de estudo prévio dos serviços de elaboração da planta, não estando ainda definidos nem o prazo de execução nem a data de conclusão. Proponho ao Governo que acompanhe, quanto antes, o andamento de todos os trabalhos de construção, cuja conclusão está prevista para 2024, com vista a disponibilizar um suporte para a ligação entre a cultura, as indústrias culturais e criativas e a comunidade, e que divulgue, atempadamente, o ponto de situação da construção, para que os residentes possam contar com um prazo para a sua conclusão.

3. Desenvolvimento de actividades promocionais de leitura em prol da melhoria do ambiente de leitura na sociedade

O desenvolvimento de várias actividades promocionais de leitura é essencial para orientar os residentes na criação de hábitos de leitura. Com o amadurecimento gradual da construção de uma "cidade de leitura", as autoridades devem considerar recorrer a actividades promocionais mais atractivas para generalização da leitura. Por exemplo, a organização regular de actividades de contar histórias em salas de leitura comunitárias para cultivar hábitos de leitura entre as crianças e os pais, a organização regular de actividades de leitura, ou o Mês de Leitura da Cidade ou a Semana de Leitura da Cidade, ou o desenvolvimento de actividades de leitura durante as férias de Inverno e Verão, para oferta de uma plataforma para partilhar o interesse pela leitura, e a organização regular de palestras de leitura e de sessões de partilha com autores conhecidos e profissionais do sector. Ao mesmo tempo, proponho que se dê ênfase à criação do posto de promotores de leitura nas respectivas instalações e à formação destes, em articulação com a realização contínua de várias actividades promocionais durante todo o ano, em prol da criação e melhoria do ambiente cultural e de leitura da cidade.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 19.04.2023

Resolver, quanto antes, o problema do trânsito nas fronteiras

Com a retoma integral do intercâmbio entre Guangdong, Hong Kong e Macau, é cada vez mais frequente a passagem transfronteiriça por parte de residentes e turistas, o que agrava bastante a pressão do trânsito nas fronteiras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e de Hengqin. Nas proximidades da Zona A e da Rotunda da Amizade, por onde passam os carros para ir até à fronteira da Ponte, há graves engarrafamentos durante os feriados, situação que é alvo da atenção da sociedade. Recentemente, o Governo adoptou várias medidas para melhorar a situação, por exemplo, alterou algumas vias para vias de dois sentidos, ajustou o tempo dos semáforos, destacou pessoal para orientar o trânsito, alargou algumas vias da Zona A e procedeu ao estudo sobre a possibilidade de os carros locais fazerem marcação para entrar no Interior da China. Mas, a sociedade tem opiniões diferentes sobre estas medidas, por exemplo, a medida de marcação para reduzir fluxo de veículos na fronteira da Ponte vai trazer inconvenientes para as deslocações dos residentes, portanto, tal proposta merece a nossa reflexão.

Quanto à fronteira de Hengqin, como é a única para os veículos com uma só matrícula entrarem e saírem de Hengqin, não há fluidez do trânsito, afectando as deslocações dos turistas e a vida quotidiana dos residentes. Segundo alguns residentes, neste momento, há muitas situações caóticas no trânsito na parte de Macau da fronteira de Hengqin, por exemplo, há sempre carros estacionados nas zonas de tomada e largada de passageiros e nas paragens de táxis durante muito tempo, e os que precisam de tomar ou largar passageiros ficam obrigadas a ocupar a estrada, causando engarrafamentos e problemas de segurança; mais, a indicação das paragens de táxis não é clara, os turistas entram em disputas para apanhar táxi, há situação em que os turistas negociam os preços com o taxista para poderem entrar no táxi com prioridade, e alguns rádio táxis são suspeitos de angariar clientes nas zonas de tomada e largada de passageiros. Tudo isto deixa as pessoas sem saber o que fazer.

A fluidez das vias contribui para aumentar a fortuna. A conveniência e a rapidez do trânsito nas fronteiras são factores importantes para a integração dos residentes na Grande Baía e na Zona de Cooperação Aprofundada, bem como questões cruciais que afectam a economia de Macau, pois quanto maior for a referida integração dos residentes e das empresas, maior será a taxa de utilização das fronteiras, e esta é a tendência inevitável da integração de Macau no desenvolvimento nacional.

Assim, espero que as autoridades encarem com seriedade este problema, elaborem um plano prospectivo para elevar a capacidade do trânsito nas fronteiras, e racionalizem, a curto prazo, a ordem do trânsito nas proximidades das diversas fronteiras, para proporcionar aos residentes e turistas uma experiência de deslocação mais amigável. Sugiro então o seguinte:

1. Elaboração dum plano para desviar o trânsito nas diversas fronteiras. O Dia

do Trabalhador é uma época alta de viagem e um pico das deslocações dos residentes e turistas, por isso, sugiro aos serviços competentes que preparem, com antecedência, planos para desviar o trânsito e o fluxo de passageiros na passagem das diversas fronteiras, incluindo a distribuição de equipamentos e de pessoal, para manter a ordem de trânsito tendo em conta a situação *in loco*, com vista a minimizar o impacto causado pelos congestionamentos do trânsito. Além disso, Guangdong e Macau devem avaliar, com a maior brevidade possível, a situação da “circulação de veículos de Macau no Interior da China”, estudar a abertura de mais fronteiras para a passagem dos veículos motorizados de Macau e o aumento dos canais de passagem, com vista ao desvio de veículos.

2. Ampliação do sistema rodoviário. A maior parte dos terrenos da Zona A já tem finalidade definida, mas muitas obras ainda não começaram e o planeamento da Zona Leste - 2 ainda está em curso. Espero então que o Governo, tendo em conta a realidade e a tendência de aumento da utilização da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, acelere a construção dos acessos à Zona A e proceda à ampliação do comprimento e da largura das vias rodoviárias nessa zona nas proximidades, por forma a resolver radicalmente os engarrafamentos.

3. Optimização do ambiente de espera na fronteira de Hengqin. Neste momento, esta fronteira dispõe apenas de duas faixas de rodagem, uma delas destinada à tomada e largada de passageiros, e quando está ocupada, alguns veículos de transporte de passageiros só podem utilizar as vias periféricas para a tomada e largada de passageiros, o que dificulta a circulação dos outros veículos. Com a entrada em funcionamento das instalações integradas na segunda fase da empreitada da fronteira da Ilha de Hengqin, o número de vias para os veículos vai aumentar novamente, portanto, sugiro ao Governo que estude a optimização das vias, das instalações para a tomada e largada de passageiros, e do estacionamento, com vista a dar resposta ao aumento do fluxo de veículos. Mais, sugiro que se definam medidas complementares para a espera de táxis, por exemplo, a instalação de grades e toldos nas paragens, para que os radiotáxis e os “táxis pretos” fiquem ordenados enquanto esperam pelos passageiros, e que se destaquem, em caso de necessidade, mais agentes para fiscalizar o trânsito e reforçar a segurança e a ordem nas fronteiras, a fim de equilibrar as necessidades de utilização das fronteiras entre os residentes e os turistas.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 19.04.2023

Macau vai organizar, em conjunto, com a Província de Guangdong e a Região Administrativa Especial de Hong Kong, os 15.^{os} Jogos Nacionais da República Popular da China em 2025. Recentemente, na sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, este afirmou que, actualmente, o Centro de Formação e Estágio de Atletas de Macau está a ser preparado para receber os Jogos Nacionais, sendo esta a primeira vez que Macau participa na organização de um evento desportivo nacional de grande envergadura, revestindo-se de grande significado para o desenvolvimento do desporto, pois a organização deste evento vai elevar a imagem e a reputação internacional da cidade, assim como a capacidade de entendimento e colaboração entre as três regiões, e promover a integração de Macau no desenvolvimento conjunto da Grande Baía. A participação das cidades anfitriãs vai permitir aos atletas locais competirem ao mais alto nível com os atletas de outras regiões e melhorarem as suas capacidades técnicas, assim como vai promover o desenvolvimento económico, cultural e turístico da cidade. Neste momento, não falta muito para 2025, e todos os sectores estão à espera da divulgação dos próximos trabalhos do Governo. Toda a população vai estar animada durante os Jogos Nacionais, por isso temos de mostrar plenamente as nossas características e vantagens locais, aproveitando esta oportunidade para aprofundar o desporto e as indústrias de Macau, e com isso entrar numa nova fase de desenvolvimento.

Os Jogos Nacionais, sendo um evento desportivo de grande envergadura e de alto nível nacional, irão atrair a participação de excelentes atletas, treinadores e árbitros de todo o país. Se, na altura, for possível convidá-los para fazer intercâmbio com os atletas e a população de Macau, acredita-se que será muito benéfico para elevar o nível e a confiança dos atletas locais e reforçar a consciência desportiva da população.

Por seu turno, o desporto de rendimento e o desporto para todos promovem-se mutuamente. O desporto para todos pode fornecer recursos humanos básicos e uma base social para o desporto de rendimento, e este último pode fornecer ideias e modelos avançados para o desporto para todos. Nos últimos anos, o Governo promoveu, de forma contínua, o desporto para todos, e obteve resultados positivos, isto é, cada vez mais cidadãos dão atenção à sua própria saúde e participam activamente nas diversas actividades desportivas. O desporto para todos não só enriquece o tempo de lazer dos cidadãos e fortalece a sua condição física, mas também cria na população, de forma eficaz, especialmente nos jovens, o gosto e o interesse pelo desporto, sendo uma base sólida para o desenvolvimento do desporto de rendimento. Assim, o Governo deve definir uma estratégia a longo prazo, global, científica e viável para o desenvolvimento do desporto para todos e do desporto de rendimento, incentivando e apoiando, aquando da promoção do desporto para todos, os cidadãos que têm uma certa base e interesse na prática desportiva, especialmente os jovens, a desenvolverem as suas habilidades

desportivas profissionais, com vista a introduzir sangue novo no desenvolvimento do desporto de rendimento, a promover a participação e a cooperação de todos os sectores sociais e a formar um quadro de cooperação diversificado, coordenado e compartilhado.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 19.04.2023

Todos são responsáveis pela glória e declínio do País

A segurança nacional é um assunto capital de qualquer país. 15 de Abril é o “Dia da Educação da Segurança Nacional”, e a promoção da sensibilização e educação sobre esta temática por parte da RAEM, especialmente para os jovens, é um assunto que merece a atenção de toda a população.

Gu Yanwu, académico e pensador do início da Dinastia Qing, escreveu no seu “Registo do estudo diário” que “a protecção do País passa pelos cidadãos mais humildes”. Isto quer dizer que a manutenção da civilização, da ordem pública e dos bons costumes é da responsabilidade de todos os residentes, independentemente da sua classe social. Posteriormente, Liang Qichao resumiu esta ideia com uma frase ensurdecadora: “todos são responsáveis pela glória e declínio do País”.

Ao longo dos últimos cem anos, esta frase inspirou inúmeros idealistas na luta vitalícia pela prosperidade e rejuvenescimento da Nação Chinesa. Quando foi reeleito, por unanimidade, Presidente do País e Presidente da Comissão Militar Central, Xi Jinping prometeu que ia assumir a missão histórica e que “abnegado, nunca irei desiludir o povo”. A reeleição corresponde à vontade da população e vai salvaguardar plenamente a estabilidade estratégica do País.

Porque é necessário promover a educação sobre a segurança nacional junto dos jovens? A promoção das acções governamentais não pode depender de uma só pessoa. Para alcançar os objectivos centrais como o grande rejuvenescimento da nação chinesa, a construção de um país socialista moderno e de uma comunidade de destino comum para a humanidade, e a implementação estável e duradoura de “Um País, Dois Sistemas”, as gentes de Macau também devem ser participantes, e há uma maior exigência para os talentos formados para governar Macau, por isso, devemos, através da educação sobre a segurança nacional, incentivar os jovens a terem uma visão mais alargada e um ideal nobre, para que tenham um sentimento mais profundo em relação à família, ao País e ao mundo, assumindo uma maior responsabilidade.

O que é a casa? O que é um Estado? Tenho a certeza de que todos compreendem. O que é o Mundo?

No grande rejuvenescimento da nação chinesa, o que está protegido é a civilização chinesa e o mundo do povo chinês; no aperfeiçoamento do sistema de governação global com base na equidade e justiça, o que está protegido é o desenvolvimento pacífico de toda a humanidade, e isto corresponde ao valor de “Grande Harmonia” defendido pelos antigos. Nas grandes mudanças sem precedentes nos últimos cem anos, a diplomacia com características chinesas na nova era vai certamente permitir que a nação chinesa faça contribuições históricas para a sociedade humana.

Atendendo à mudança constante da situação internacional, se a segurança nacional não for garantida, qualquer desenvolvimento não passa de palavras. Defendemos a segurança nacional a todos os níveis, para consolidar o vigor da nação e os jovens conhecerem profundamente o caminho de desenvolvimento extraordinário da Pátria e ligarem a sua carreira profissional ao destino do País, tendo a mentalidade de “a ascensão e a queda do País dependem de todos nós”, assumindo esta missão. Segundo afirmou o vice-presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Li Hongzhong, na Cerimónia Comemorativa do 30.º Aniversário da Promulgação da Lei Básica de Macau, devemos inteirar-nos do essencial da formação da Lei Básica, em vez de a considerar apenas como preceito legal. Isto tem um significado profundo. Para a construção de um país socialista moderno com características chinesas, são indispensáveis a participação do povo e a democracia popular de processo integral. Neste sentido, vale a pena explicar aos jovens os princípios e os resultados da democracia popular de processo integral, para enriquecer a noção sobre a democracia e quebrar o mito dos jovens relativo à democracia ocidental, de modo a que os jovens apoiem sinceramente a Pátria no seu próprio caminho de desenvolvimento e, por conseguinte, que a segurança nacional seja salvaguardada.

A missão de “a ascensão e a queda do País dependem de todos nós” é a força motriz para a defesa da segurança nacional nesta nova era. A defesa da segurança nacional só pode ser realizada com base em “um país”, sem distinção dos “dois sistemas”. Perante questões relativas à ascensão e queda do País, todas as gentes de Macau devem agir.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 19.04.2023

As marcações para a “Circulação de veículos de Macau na província de Guangdong” não devem ser feitas por tempo limitado

A política de “circulação de veículos de Macau na província de Guangdong” entrou em vigor no dia 1 de Janeiro e, no passado feriado do Dia de finados (5 de Abril), as duas mil vagas para a passagem da fronteira esgotaram-se logo por volta das 9 horas da manhã, surgindo uma fila de carros na fronteira da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e nos arredores do posto e na Zona A dos novos aterros registaram-se congestionamentos do trânsito, que só voltou à normalidade por volta das 14h30. Segundo muitos condutores, a fila para atravessar a fronteira demorava mais de 1 hora, e a inspecção aos veículos através do sistema dos Serviços de Alfândega demorava 5 minutos, mais tempo do que o normal, mas passada a fronteira de Macau, o fluxo de veículos no interior da China não era muito grande.

Na sexta-feira passada, durante a sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo, em resposta ao incidente, afirmou que, naquele dia, o Governo se tinha deslocado aos bairros comunitários para efectuar estudos e melhorias, e desde então, a situação do trânsito tinha melhorado, e propôs um estudo sobre o lançamento de novas medidas de marcação prévia, de forma faseada, para a “Circulação de veículos de Macau na província de Guangdong”, em que os veículos só possam passar a fronteira na hora marcada. No entanto, recebi muitas opiniões contra esta marcação, defendendo que tal medida não contribui para resolver o problema dos congestionamentos, e vai sim dificultar as deslocações dos residentes.

Objectivamente falando, depois do grande congestionamento durante o referido feriado, os Serviços de Alfândega destacaram trabalhadores para apoiar as fronteiras mais movimentadas, abriram mais balcões e faixas de rodagem, e houve reforço do policiamento para garantir o trânsito nas imediações da fronteira da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e na Rotunda da Amizade. Assim, no primeiro dia dos feriados da Páscoa (7 de Abril) e no domingo passado (16 de Abril), apesar da sobrelotação do sistema de marcação para a circulação de veículos de Macau no Interior da China, já não houve grandes engarrafamentos nas faixas de partida do posto fronteiriço da Ponte HZM. Isto significa que com o reforço do pessoal e o aumento da capacidade de atendimento, a passagem fronteiriça foi muito mais rápida. Se as palavras do Chefe do Executivo forem cumpridas, isto é, se passar um carro por minuto, a pressão do trânsito na Zona A será aliviada. Por isso, neste momento, não é preciso, nem se deve exigir que a marcação para a circulação no Interior da China seja feita por períodos. Mais, a DSAT passou a disponibilizar a imagem de mais três câmaras, instaladas na Avenida Doutor Ma Man Kei (nos dois sentidos de circulação) e na Avenida Norte Fronteiriça de Hong Kong-Zhuhai-Macau, para os condutores verem em tempo real a situação do trânsito naquela zona. Assim, na minha opinião, com o reforço da sensibilização, os condutores, incluindo os de veículos com duas chapas de matrícula, vão saber evitar as horas

de ponta e vão escolher as fronteiras menos movimentadas.

É de salientar, segundo os dados divulgados pela fronteira da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, entre 7 e 10 de Abril, foram efectuadas 14.000 inspecções a veículos com matrícula única de Macau, representando 45% do total das entradas e saídas de veículos. A “circulação de veículos de Macau na província de Guangdong” ocupa menos de metade do fluxo de veículos nas horas de ponta, por isso, na minha opinião, a mera marcação por diferentes períodos não vai conseguir reduzir os congestionamentos naquela fronteira nas horas de ponta, será difícil obter resultados efectivos, e só se vai limitar as deslocações dos residentes, o que contraria a intenção inicial da “circulação de veículos de Macau na província de Guangdong”, ou seja, a facilitação da circulação de pessoas e veículos entre Guangdong e Macau.

Além disso, de acordo com o artigo 19.º dos Métodos de Gestão da Entrada e Saída do Interior da China dos Veículos Automóveis de Macau através do Posto Fronteiriço de Zhuhai da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau: "Quando o Posto Fronteiriço de Zhuhai-Macau reunir as condições necessárias, quanto aos veículos de Macau que entram e saem do Interior da China através de outros postos fronteiriços, os Serviços de Alfândega e os serviços responsáveis pelos assuntos de Hong Kong e Macau devem seguir estes métodos, e em articulação com a realidade dos postos fronteiriços, definir as medidas de gestão de passagem fronteiriça.". Com isto, ficamos claramente a saber que "os veículos de Macau podem entrar no Interior da China através de outros postos fronteiriços", e os Serviços de Tráfego, em resposta a várias interpelações escritas de deputados, afirmaram que vão “estudar a possibilidade de alargar, gradualmente, o âmbito dos postos fronteiriços de circulação de veículos motorizados de Macau, mediante marcação prévia por quotas."

Pelo exposto, solicito ao Governo que concretize, quanto antes, a marcação prévia para a entrada e saída dos veículos de Macau que pretendem circular no Interior da China através da fronteira de Hengqin, para desviar o fluxo de veículos da fronteira da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, aliviar a pressão do trânsito entre a zona da Pérola Oriental, a Zona A dos Novos Aterros e a ilha artificial, e proporcionar mais uma opção aos residentes que tencionam ir de carro para o Interior da China.

Por fim, como já afirmei várias vezes publicamente, as vias que fazem a ligação entre Macau e a Zona A dos Novos Aterros e entre a Zona A e a ilha artificial são estreitas e sinuosas, por não se tratar de artérias principais de acordo com a concepção original, por isso, facilmente surgem congestionamentos quando é grande o número de veículos. Assim sendo, o Governo deve seguir o plano original e realizar, o mais rápido possível, as obras das vias principais da Zona A e da ilha artificial, para aliviar a situação.

IAOD dos Deputados Chan Iek Lap, Chui Sai Cheong e Vong Hin Fai em 19.04.2023

Acelerar a implementação do desenvolvimento do turismo de saúde

Ultimamente, o Governo tem incentivado, de forma activa, os “resort-hotéis” a desenvolverem gradualmente os seus novos projectos de investimento, incentivando-os a alargar o sector do “turismo +” e a desenvolver os elementos não-jogo, com a promoção do turismo de saúde e terapia dietética, com vista a promover ainda mais a diversificação adequada da economia.

Na resposta a uma interpelação escrita, o Governo afirmou que vai estimular a indústria do turismo para desenvolver um conjunto de produtos pessoais, como cuidados médicos e de saúde, terapia dietética de medicina chinesa, e vacinação e turismo de saúde, integrando-os nas instalações dos “resort-hotéis”, tais como “spa” e recreação, para proporcionar uma série de ofertas especiais de alojamento em hotel, promovendo e introduzindo novos elementos junto da indústria da saúde macro. Do ponto de vista da criação de uma marca de turismo médico de alta qualidade, esta é uma boa via de desenvolvimento, mas não há um ponto de partida para a integração das clínicas privadas nestes projectos de desenvolvimento.

O equilíbrio entre o desenvolvimento da saúde pública e da privada é um princípio importante para o aperfeiçoamento e a construção do sistema global de saúde de Macau, o qual deve também ser aplicado no futuro desenvolvimento do turismo de saúde de Macau. Esperamos que, aquando do desenvolvimento do turismo de saúde, o Governo inclua os médicos privados no desenvolvimento deste, permitindo-lhes contribuir para o desenvolvimento do turismo de saúde, por um lado, e, por outro, desenvolver plenamente as suas capacidades, em articulação com o Governo da RAEM, no sentido de alargar o “bolo” do turismo de saúde. Relativamente a esta questão, apresentamos as seguintes três sugestões ao Governo:

Aperfeiçoamento da legislação para promover “Turismo + Vacinação”

Nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Decreto-Lei n.º 58/90/M, de 19 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 20/91/M, é proibido aos médicos do sector privado o fornecimento de vacinas e, em caso de violação, a licença pode ser suspensa e, em caso de reincidência, até pode ser cancelada. Mas, tendo em conta que o Governo está a envidar grandes esforços para promover o desenvolvimento de produtos de saúde e turismo, e que a vacinação é um dos importantes conteúdos, não sendo possível satisfazer todas as necessidades só com os serviços prestados pelas instituições médicas públicas e

pelos hospitais privados, a participação dos médicos do sector privado é também necessária e inevitável. Assim, sugerimos aos serviços competentes que procedam, quanto antes, a estudos e a cooperações com as associações médicas de Macau, para discutirem, em conjunto, a redução das normas que proíbem o fornecimento de vacinas pelos referidos médicos, a fim de ficarmos bem preparados para a promoção activa do “Turismo + Vacinação”.

Criação, em colaboração com o respectivo sector, de um “Centro de alimentos feitos com medicina tradicional chinesa”

A terapia dietética chinesa conta com os alimentos para ajudar a prevenir e a curar certas doenças ou a promover a reabilitação, aliás, é um método terapêutico aplicado sob a forma de alimentos. Os alimentos preparados com a medicina tradicional chinesa, uma forma especial da terapia dietética, contêm a natureza da medicina e o sabor dos alimentos, destinando-se, sob a forma de alimentos, à manutenção da saúde e ao tratamento de doenças em prol do prolongamento da vida. Proponho ao Governo que estude a viabilidade de criar, com o respectivo sector, um “Centro de alimentos feitos com medicina tradicional chinesa”, para se articular com as necessidades do desenvolvimento do turismo de saúde, criando uma marca de alimentos feitos com medicina tradicional chinesa e explorando mais tipos de alimentos feitos com essa medicina, em prol do desenvolvimento dos cuidados médicos e de saúde, bem como da terapia dietética chinesa.

Reforçar a participação dos médicos do sector privado nos produtos e serviços personalizados de turismo médico

Tal como foi referido, quanto ao turismo médico, o Governo está a estudar a criação de pacotes ou produtos personalizados para a saúde macro. Pode, em colaboração com os médicos do sector privado, lançar produtos personalizados que incluam testes ou exames médicos privados, para que esses médicos possam prestar mais serviços privados de boa qualidade, e criar, em conjunto com o Governo, uma marca médica “personalizada e exclusiva”, contribuindo assim para o turismo médico de Macau.